




UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

JOSÉ BRAULIO DA SILVA JUNIOR

**OS SENTIDOS DE *GOLPE E IMPEACHMENT* NO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF**

Campo Grande/MS
2018

J	 <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p>
BRAULIO S. JR	<p>Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul</p> <p>JOSÉ BRAULIO DA SILVA JUNIOR</p>
OS SENTIDOS DE <i>GOLPE E IMPEACHMENT</i> NO ACONTECIMENTO DISCURSIVO DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF	<p>OS SENTIDOS DE <i>GOLPE E IMPEACHMENT</i> NO ACONTECIMENTO DISCURSIVO DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF</p>
2018	<p>Campo Grande/MS 2018</p>

JOSÉ BRAULIO DA SILVA JUNIOR

**OS SENTIDOS DE *GOLPE E IMPEACHMENT* NO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem, Língua e Literatura

Orientador: Prof. ^a Dr. ^a Aline Saddi Chaves

Campo Grande/MS
2018

C872c DA SILVA JUNIOR, José Braulio.

Os sentidos de *golpe e impeachment* no acontecimento discursivo do afastamento de Dilma Rousseff / José Braulio da Silva Junior. Campo Grande: [s.n.], 2018.

85 f.; 30cm

Orientadora: Aline Saddi Chaves

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande.

1. Literatura – pesquisa. 2. Crítica. 3. Autores. Título

CDD - 340.1

JOSÉ BRAULIO DA SILVA JUNIOR

**OS SENTIDOS DE *GOLPE E IMPEACHMENT* NO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO DO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. ^a Dr. ^a Aline Saddi Chaves (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. ^a Dr. ^a Elaine de Moraes Santos (Membro)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS.

Prof. ^a Dr. ^a Maria Leda Pinto (Membro)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS.

Prof. ^a Dr. ^a Claudete Cameschi de Souza (Suplente)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS.

Prof. Dr. João Fábio Sanches Silva (Suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS.

Campo Grande/MS, 07 de maio de 2018.

Para Regina Célia e Kelly Cristina, minhas amadas vovó e mamãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e à Santíssima Virgem Maria, que possibilitaram que um jovem negro de origem humilde pudesse galgar os degraus acadêmicos e se tornasse mestre em Letras, “Por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele toda a glória por toda a eternidade” (Romanos 11:36).

Aos meus familiares Regina Célia, Kelly Cristina, Paulo Roberto e Devanir José, que me deram todo o suporte financeiro e emocional em todos os aspectos dessa empreitada.

Aos amigos, Dr.^a Edileusa Gimenes, Dr. Toni Amorim, Me. Melly Sena, Fernando Tucci, Dr. Paulo Tafarello que incansavelmente me aconselharam, apoiaram e auxiliaram em diversos momentos.

A minha orientadora, Dr.^a Aline Saddi Chaves, que, em sua exímia conduta profissional, é o perfeito exemplo da paciência, competência e espelho para as futuras gerações de professores e pesquisadores.

Para meu professor de língua portuguesa do ensino fundamental, Dr. Antonio Sérgio Ferreira, a pessoa que me apresentou às Letras.

“O que me preocupa não é o grito dos maus, mas o silêncio dos bons.” (Martin Luther King)

SILVA JUNIOR, J. B. Os sentidos de *golpe* e *impeachment* no acontecimento discursivo do afastamento de Dilma Rousseff. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

RESUMO

Os fenômenos do mundo dão sentido às palavras ou são as palavras que dão sentido aos fenômenos do mundo? A fim de tentar responder a essa questão, buscamos, na presente pesquisa, pelo viés teórico da Análise do Discurso Francesa, estabelecer as bases de um estudo sobre os sentidos formulados e circulados em torno das palavras *golpe* e *impeachment* nos meios de comunicação social, por ocasião do acontecimento político-midiático e discursivo do afastamento da presidente Dilma Vana Rousseff, ocorrido em 31 de agosto de 2016. Desde os primórdios do pensamento helênico, filósofos se debruçaram sobre a linguagem, com o objetivo de compreender e esclarecer a relação entre os fenômenos do mundo e as palavras empregadas para designá-los. Até meados do século XIX, a linguagem foi apenas “pano de fundo” na busca por essas respostas. Somente com a ruptura epistemológica do filósofo Ludwig Wittgenstein (1889-1951), a linguagem e o problema do sentido na língua/linguagem passaram a ser abordados de forma central nas questões filosóficas. De modo mais contundente, foi Ferdinand Saussure (1857-1913), com sua abordagem de cunho estruturalista da língua, quem conferiu um caráter científico aos estudos linguísticos. Posteriormente, no final dos anos 1960, na França, o filósofo Michel Pêcheux (1938-1983) empreende uma importante ruptura teórica e epistemológica que fomenta, no campo dos estudos linguísticos, pela chamada Análise do Discurso, dois novos olhares às antigas problemáticas ligadas ao sentido e ao método: a preocupação não apenas em como os objetos simbólicos produzem sentido, mas também quais são os mecanismos e condições de produção em que o(s) sentido(s) emerge(m). Partindo do interesse manifestado pela filosofia da linguagem e pela análise do discurso sobre a relação entre linguagem e sentido, delimitamos o objeto da pesquisa a partir dos seguintes questionamentos: no processo de impeachment de 2016, quais seriam os sentidos formulados nos textos de comunicação social acerca de “golpe” e “impeachment”? Quais são as memórias discursivas acionadas pelas circulações de sentido de “golpe” e “impeachment”? Quais são as condições de produção do(s) discurso(s) que fazem circular e atualizam as (re)formulações de “golpe” e “impeachment”? Nessa pesquisa se coloca, assim, o desafio de descrever e explicar o processo de designação dos referidos termos, pela ótica do discurso, isto é, pela relação entre língua e condições de produção sociais, históricas e ideológicas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Filosofia da linguagem. Designação. Golpe. Impeachment.

SILVA JUNIOR, J. B. Os sentidos de *golpe* e *impeachment* no acontecimento discursivo político-midiático do afastamento de Dilma Rousseff. 2018. 85 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2018.

RÉSUMÉ

Les phénomènes du monde donnent du sens aux mots, ou ce sont les mots qui donnent du sens aux phénomènes du monde ? Pour essayer de répondre à cette question, nous cherchons dans ce travail de recherche, par la perspective théorique de l'analyse du discours française, à poser les bases d'une étude sur les sens formulés et mis en circulation autour des mots *golpe* (coup) et *impeachment* dans les moyens de communication sociale, à l'occasion de l'événement politico-médiatique et discursif de la destitution de la Présidente Dilma Vana Rousseff, le 31 août 2016. Dès les débuts de la pensée hellénique, des philosophes se sont intéressés au langage, dans le but de comprendre et de mettre la lumière sur le rapport entre les phénomènes du monde et les mots employés pour les désigner. Cependant jusqu'à la moitié du XIX^e siècle, le langage n'a servi que de « toile de fond » pour trouver les réponses à cette question. Ce n'est qu'à partir de la rupture épistémologique proposée par le philosophe Ludwig Wittgenstein (1889-1951) que le langage et le problème du sens dans la langue/langage ont acquis un statut central dans les questions philosophiques. De manière plus explicite, c'est Ferdinand de Saussure (1857-1913), avec son approche structuraliste de la langue, a accordé à la langue un caractère scientifique. Plus tard, à la fin des années 1960, en France, le philosophe Michel Pêcheux (1938-1983) entreprend une importante rupture théorique et épistémologique qui porte, dans le champ des études linguistiques, à travers l'analyse du discours, deux nouveaux regards sur les anciennes problématiques liées au sens et à la méthode, en vue de comprendre comment les objets symboliques produisent du sens, et quels sont les mécanismes et les conditions de production à travers lesquels le(s) sens émerge(nt). Partant de l'intérêt porté par la philosophie du langage et par l'analyse du discours sur le rapport entre langage et sens, nous cernons l'objet de la recherche à partir des questionnements suivants : dans le processus de destitution de la Présidente, en 2016, quels sont les sens formulés dans les textes de communication sociale autour des mots *golpe* et *impeachment* ? Quelles mémoires discursives sont mobilisées par les circulations des mots *golpe* et *impeachment* ? Quelles sont les conditions de production du(des) discours qui font circuler et mettent à jour les (re)formulations de *golpe* et *impeachment* ? La présente recherche se pose ainsi le défi de décrire et d'expliquer le processus de désignation des termes mentionnés par l'optique du discours, c'est-à-dire, par le rapport entre langue et conditions de production sociales, historiques et idéologiques.

Mots-clés : Analyse du discours française. Philosophie du langage. Désignation. Coup. Impeachment.

SUMÁRIO

RÉSUMÉ.....	10
INTRODUÇÃO	12
O problema do sentido na língua/linguagem: <i>status quaestionis</i>	19
1.1 Uma breve história da filosofia da linguagem	20
1.2 O <i>status quaestionis</i> sobre a relação linguagem e sentido no século XX.....	25
1.3 A questão da referência na língua/linguagem.....	29
1.4 O sentido e o caráter extralinguístico da linguagem	32
A ANÁLISE DO DISCURSO.....	38
2.1 Uma breve história do surgimento Análise de Discurso Francesa.....	39
2.2. As condições de produção em golpe e impeachment.....	43
2.3. O papel da memória discursiva nos sentidos de <i>golpe</i> e <i>impeachment</i>	46
2.4 Formação discursiva, interdiscurso e pré-construído nos sentidos de <i>golpe</i> e <i>impeachment</i> ..	47
2.5 O espaço de ocorrência do discurso: uma estrutura e também um acontecimento	50
2.6 As formações discursivas antagônicas na formulação e circulação de <i>golpe</i> e <i>impeachment</i> em textos de comunicação social	52
2.7 O caráter de <i>slogan</i> nas formulações de <i>golpe</i> e <i>impeachment</i>	57
Capítulo 3.....	61
O acontecimento político, jurídico e midiático de <i>impeachment</i> e <i>golpe</i>	61
3.1 O acontecimento político, social e histórico do afastamento de Dilma Rousseff em 2016	61
3.2 Análise discursiva dos sentidos de <i>golpe</i> e <i>impeachment</i> circulados em discursos não estabilizados.....	65
3.3 Análise discursiva dos sentidos de <i>golpe</i> e <i>impeachment</i> nas mídias de informação	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	84

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, tomamos como objeto de estudo os sentidos de *golpe* e *impeachment* produzidos no acontecimento do afastamento da ex-presidente brasileira Dilma Vana Rousseff, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Francesa, partindo de uma reflexão sobre o sentido na língua/linguagem.

Selecionamos, no bojo de nosso trabalho, um arquivo de *corpus* investigativo composto por um recorte de textos de grande circulação social, oriundos dos gêneros discursivos notícia, editorial, reportagem, *meme* e cartaz de manifestação coletiva. Acerca da seleção de corpus disporemos no capítulo três, em ordem, dois *memes* e dois cartazes de manifestações populares. Essas sequências enunciativas aqui analisadas constituem nosso arquivo analítico e foram extraídas do *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* no período de julho de 2016 a janeiro de 2018. Suas condições de produção imediatas, inicialmente, compreendem as próprias normas de uso e interação da rede social, um espaço de interação democrático, de uso livre, gratuito e acessível. Em nosso corpus, também, serão elucidados, na introdução, dois editoriais e cinco reportagens, no capítulo três. Esses textos foram extraídos dos seguintes veículos midiáticos *on-line*: *G1*, *Carta Capital*, *Folha de São Paulo*, *Senado Notícias* e *UOL Notícias*, nos anos de 2016 e 2017.

Nesse trabalho buscamos demonstrar como os sentidos circulam em diferentes esferas, das redes sociais às mídias de informação, buscando depreender as estratégias de formulações e de atualização dos sentidos de *golpe* e *impeachment* do ponto de vista do discurso.

A justificativa para o tema da pesquisa parte dos questionamentos, já pensados na Filosofia da Linguagem, sobre a relação, nem sempre clara, entre linguagem-sentido-mundo. Como trataremos no desenvolvimento do trabalho, a partir de diversos pensadores e em suas obras e em momentos da História, investigações e reflexões buscam lançar luz sobre essa relação. Para o nosso tema, observamos que um mesmo fenômeno, a saber, o processo de afastamento de Dilma Rousseff em 2016, produz sentidos e discursos distintos, sendo esse acontecimento designado ora como *golpe*, ora como *impeachment*. A questão ontológica de nossa pesquisa depreende que um mesmo evento é representado, logo, “discursivizado” de maneiras diferentes, o que evidencia que a relação linguagem-sentido-mundo não é de compreensão imediata e objetiva.

No texto da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, nos artigos 85 e 86, são definidos, respectivamente, os crimes de responsabilidade do Presidente da República e os parâmetros de um processo de afastamento. Na lei 1.079/1950, são elencadas as minúcias da denúncia, da acusação e do julgamento. Na leitura dos textos oficiais, é postulado com clareza o que é um processo de afastamento e os procedimentos jurídicos adequados para o impedimento de um(a) presidente. Nesse sentido, de um ponto de vista constitucional, o acontecimento de 2016 é designado como *afastamento*.

Apesar dos parâmetros dos textos jurídicos acerca do afastamento, o fenômeno social, político e discursivo do afastamento de Dilma Rousseff em 2016 foi designado de formas distintas, sendo para alguns um processo de *impeachment*, e para outros um *golpe*. Com isso, a sociedade civil se dividiu em grupos favoráveis e contrários ao afastamento da ex-presidente. Coloca-se, então, a seguinte questão: como um ato legal, previsto pela Constituição Federal do Brasil, passa a discursivizado por uma parcela da sociedade como *golpe*, e por outra, como *impeachment*?

Acerca desse fenômeno, que produz termos antagônicos em referência ao mesmo fenômeno, observamos que, desde o início do processo, houve uma enorme comoção social, que mobilizou a sociedade, das ruas aos meios de comunicação. O acontecimento ocorreu em 31 de agosto de 2016, afastando Dilma Vana Rousseff do cargo de Presidente da República, por um processo constitucional amplamente noticiado nos meios de comunicação, como jornais, revistas e redes sociais.

A título introdutório, vejamos como um meio de comunicação fez circular o sentido de *impeachment*:

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), **afastada do cargo** desde maio, foi condenada nesta quarta-feira (31) pelo Senado no **processo de impeachment** por ter cometido crimes de responsabilidade na condução financeira do governo. O **impeachment** foi aprovado por 61 votos a favor e 20 contra. Não houve abstenções.

Em outra votação, Dilma conseguiu manter os direitos políticos. Não foram alcançados os 54 votos necessários para que ela perdesse o direito a ocupar cargos públicos: foram 42 votos a favor da perda; 36 contrários e 3 abstenções.

Após o resultado da **votação**, dezenas de senadores e deputados presentes ao plenário do Senado comemoram com palmas e cânticos. Um grupo favorável ao **impeachment** entoou um trecho do Hino Nacional. Entre os que lideraram o coro estava Ronaldo Caiado (DEM-GO). No lado dos que defendiam Dilma, o resultado foi recebido com resignação e sem grandes manifestações de emoção. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) segurava um cartaz com a foto de Dilma durante seu julgamento na época da ditadura militar. A **decisão** abriu caminho para a efetivação de Michel Temer (PMDB) na Presidência da República até 2018. A posse de Temer

ocorreu em rápida cerimônia no Senado nesta quarta-feira. (UOL NOTÍCIAS, 31/08/2016, nossos grifos)¹

Em uma busca sobre o significado normatizado de *impeachment* no Dicionário *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (1999), tem-se a seguinte definição: “no regime presidencialista, ato pelo qual se desconstitui, mediante a deliberação do legislativo, o ocupante do cargo governamental que pratica o crime de responsabilidade: impedimento” (NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI, 1999, p. 1.081). É possível afirmar que o verbete do dicionário elucida o sentido estável do termo, posto em circulação nos textos de comunicação social.

No mesmo dicionário, “golpe” é definido como: “1 – bofetada; 2- choque ou pancada [...] 10 – manobra desonesta [...] 13- subversão da ordem constitucional e tomada de poder por indivíduo ou grupo” (NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI, 1999, p. 996). A exemplo desse editorial, assinado por Mino Carta, fundador e diretor de redação da revista Carta Capital, cuja orientação ideológica é declaradamente de esquerda:

Ensaia-se um novo, **inédito modelo de golpe de Estado** e os impávidos inovadores mostram a cara. De Sérgio Moro e Gilmar Mendes a José Serra e Fernando Henrique Cardoso. Da Globo, jornalões e revistas a Eduardo Cunha. Da facção peemedebista em busca da rasteira mais eficaz nos aliados a risco ao vice-presidente Michel Temer, que já conta as favas e monta o futuro governo. (CARTA CAPITAL, 28/03/2016, nossos grifos)²

O posicionamento da revista *Carta Capital*, desfavorável ao impeachment, tem efeito de evidência no texto de Mino Carta publicado três meses depois, intitulado “É golpe, sim”. No trecho a seguir, o processo de impedimento da Presidente Dilma (*impeachment*) é identificado ao “golpe de 64”, por uma estratégia argumentativa de analogia:

Perdoem os leitores a exclamação, mas a arrogância e a desfaçatez dos conspiradores passaram da conta. É golpe, é golpe sim. (...). O golpe de 64 gerou uma ditadura de 21 anos e de cujas consequências padecemos até hoje. Vale perguntar aos botões se o plano togado tem chances de êxito caso o *impeachment* premie os conspiradores de sempre. Impossível, respondem, à luz do que chamam de premissas da próxima, eventual, verdade factual. (CARTA CAPITAL, 26/08/2016)³

¹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/senado-aprova-impeachment-e-dilma-deixa-presidencia-em-definitivo.htm>>. Acessado em 12/12/2016.

² Texto publicado em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/894/a-reinvencao-do-golpe>>. Acesso em 28/03/2016.

³ Texto publicado em <<https://jornalggn.com.br/noticia/e-golpe-sim-por-mino-carta>>. Acesso em 26/08/2016.

Os sentidos *golpe* e *impeachment* são termos e conceitos distintos, mas têm circulado, nos discursos institucionalizados (política, direito, jornalismo) e não institucionalizados (redes sociais, manifestações), de forma antagônica, em referência ao mesmo fenômeno.

Coloca-se, assim, de modo mais claro, o problema que constitui objeto desta pesquisa: como se apresentam as estratégias discursivas que possibilitam os sentidos antagônicos *golpe* e *impeachment*, em referência a um único e mesmo fenômeno ou acontecimento? Para solucionarmos essa problemática, propomos tratar a questão da relação palavra-sentido-mundo na língua/linguagem, a partir da compreensão clássica da lógica e da Filosofia da Linguagem, perpassando pelas compreensões da Linguística e da Análise do Discurso Francesa.

Diante desse questionamento, temos como hipótese que os termos *golpe* e *impeachment* não possuem um funcionamento linguístico estável, isto é, não são referentes puramente linguísticos, do ponto de vista semântico-lógico. Mas, antes disso, funcionam como referentes da ordem do discurso, isto é, submetidos aos dizeres prévios, o que mobiliza, para nosso estudo, duas categorias: o interdiscurso e a memória discursiva. Segundo nossa hipótese, para além de sua significação lexical, *golpe* e *impeachment* atualizam uma memória histórica⁷ discursiva, por meio de estratégias de formulação de sentidos que produzem um acontecimento discursivo com sentidos massivamente circulados nos mais variados gêneros discursivos.

Sob essa perspectiva⁷ discursiva, os termos em questão referem-se a um já-dito, remetendo, de certa forma, à noção de pré-construído, já que, na memória histórica coletiva brasileira mais recente, ambos os termos circularam em diferentes momentos. Tem-se, assim, em referência ao regime militar instalado no Brasil entre 1964 e 1985, a designação “golpe militar de 1964”, assim designado por uma parte da sociedade da época, ecoando até os dias de hoje. Apenas sete anos após o final do regime, em 1992, o então Presidente da República Fernando Collor de Mello foi afastado da função, fenômeno designado nos meios de comunicação como *impeachment*.

Podemos dizer, então, que nosso objeto está relacionado à atualização da memória discursiva por meio dos interdiscursos presentes na formulação de sentidos produzidos no processo de afastamento de 2016. Nesse sentido, tanto *golpe* quanto *impeachment* remetem a acontecimentos históricos do passado, interligando-se ao acontecimento de 2016 por uma

relação que não é de caráter linguístico, mas da ordem do discurso e, mais precisamente, da memória discursiva.

Acerca do *corpus* da pesquisa, propomos investigar o processo de atualização da memória discursiva dos sentidos de *golpe* e *impeachment* nos domínios do discurso político e midiático, buscando compreender como um *acontecimento histórico* – o afastamento da presidente Dilma Rousseff – se torna um *acontecimento discursivo*, a partir do momento em que ele é representado/designado nos discursos legítimos, institucionalizados, e nos discursos não estabilizados, respectivamente, como *impeachment* e como *golpe*.

Outra importante ponderação a respeito desta pesquisa são as compreensões de Orlandi (2001) e Krieg-Planque (2010) acerca das noções de formulação, circulação e sloganização de sentidos. Investigaremos, no bojo da dissertação, as estratégias de dizer que produzem a formulação e sua circulação de sentidos de *golpe* e *impeachment*. Para observar a circulação desses termos, é importante situar brevemente o acontecimento histórico em estudo⁴, que tem seu início em meados de 2015, quando a Câmara dos Deputados, presidida pelo ex-parlamentar Eduardo Cunha, acatou, em 2 de dezembro, o pedido de afastamento de Dilma Rousseff. Nesse mesmo ano, a Câmara recebeu 50 pedidos de impedimento, tendo sido acatado o processo elaborado pelos juristas Miguel Reale Junior e Janaína Conceição, que acusavam Dilma por crimes de responsabilidade fiscal. O fenômeno do afastamento teve seus sentidos circulados também em manifestações coletivas, como, por exemplo, os movimentos sociais “Vem pra rua” e o “Movimento Brasil livre”, entre outros, que se mobilizaram, produzindo discursos de apoio ou repúdio à abertura do processo.

Em 15 de março de 2016, a Câmara dos Deputados votou pela abertura do processo. Com 367 votos favoráveis e 137 contrários, o processo foi aberto e enviado ao Senado Federal para uma segunda votação. Em 4 de abril de 2016, a Advocacia Geral da União (AGU) enviou ao Senado a defesa de Dilma Rousseff, alegando que as assim chamadas “pedalas fiscais” foram aprovadas previamente pelo Tribunal de Contas da União. A Advocacia Geral da União concluiu, em sua defesa, que todo o processo de impedimento consistia em um “golpe de Estado”, uma manobra política orquestrada pelos opositores do governo Dilma Rousseff na Câmara e no Senado. Em 17 de abril de 2016, o Senado Federal votou favoravelmente à abertura do processo de impedimento, alegando que, de acordo com a lei 1.079/1950, havia indícios de irregularidades nas contas da União. Apenas em 31 de

⁴ No capítulo 3, expomos em maiores detalhes o processo de afastamento da Presidente Dilma Rousseff.

agosto de 2016, uma segunda votação afastou Dilma Rousseff permanentemente do cargo de Presidente da República.

Uma das principais circulações dos sentidos de *golpe* e *impeachment* foram formuladas durante a votação de aceitabilidade do processo de impedimento na Câmara em 15 de março de 2016. Essas formulações produziram inúmeros discursos favoráveis ou contrários. Destacamos os enunciados circulados pelos parlamentares Jean Willys (PSOL) e Henrique Fontana (PT) noticiados no jornal *on-line* Folha de São Paulo de 17 de abril de 2016:

Jean Willys (PSOL-RJ): “Em primeiro lugar, estou constrangido de participar dessa farsa, dessa **eleição indireta**, conduzida por um ladrão. Essa farsa sexista! Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro e exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem teto, dos sem terra, eu voto **não ao golpe!**” [...] Henrique Fontana (PT-RS): “Contra a **conspiração** e a corrupção representadas por Eduardo Cunha e Temer, contra o **golpe**, em defesa da democracia e do respeito ao voto do cidadão brasileiro, eu voto não a esse **golpe**, não a esse **impeachment**”. (FOLHA DE SP, 17/04/2016, nossos grifos)⁵

Como se pode notar, esse fenômeno histórico se constitui(u) de uma profusão de discursos, e conseqüentemente, de efeitos de sentidos, em meio ao antagonismo das designações *impeachment* x *golpe*.

A esse respeito, tomando a metodologia investigativa proposta pela Análise do Discurso Francesa e pelos estudos de Maingueneau (2005), constituímos, como anteriormente salientado, nosso arquivo por distintos textos de comunicação social extraídos de variadas fontes. Nesse sentido, propomos como objetivo geral da pesquisa descrever e a analisar os sentidos circulados de *golpe* e *impeachment* em um contexto comunicativo e discursivo oriundos dos *sites* e redes sociais propostas nessa introdução.

Para tanto, buscamos delimitar o recorte investigativo pautado pelo fenômeno político, midiático e social do *impeachment/golpe* por meio de uma abordagem, proposta por Maingueneau (2005), que se inicia no caráter lexical em direção ao discursivo, ou seja, relacionando o caráter estrutural da língua às condições históricas e ideológicas de produção dos discursos.

Partindo dessa metodologia de análise, propomos os seguintes objetivos específicos. Primeiramente, descrever e explicar o processo de formulação e circulação dos sentidos *golpe* e *impeachment* nas redes sociais e nas mídias de informação. Em segundo lugar, verificar como são atualizados os sentidos de *golpe* e *impeachment* na constituição de produção

⁵ Texto publicado em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>>. Acessado em 26/05/2017.

discursiva, ao renomear o fenômeno do impedimento de Dilma Rousseff em 2016 e orientar o discurso para uma dada interpretação: de legalidade ou ilegalidade.

A partir das compreensões introdutórias do objeto da pesquisa, buscando atingir os objetivos aqui propostos, lançamos a seguinte pergunta de pesquisa, herdada da Filosofia da Linguagem para os estudos linguísticos e posteriormente discursivos: as palavras significam por meio do fenômeno ou coisas no mundo, ou as coisas no mundo e os fenômenos só são significados porque existem as palavras? A partir desse questionamento, organizamos a dissertação como segue.

No primeiro capítulo, adentramos as problemáticas acerca da linguagem no campo da Filosofia da Linguagem, em diferentes períodos e pela ótica de seus principais pensadores, chegando à abordagem linguística e discursiva.

No segundo capítulo, situamos a Análise do Discurso Francesa, em seus fundamentos históricos e epistemológicos, tal como propostos por Michel Pêcheux: as três fases da disciplina; seus pilares teóricos e metodológicos; os principais autores; as compreensões teóricas e epistemológicas de condição de produção discursiva, formação discursiva, memória discursiva, interdiscurso, pré-construído, formulação e circulação de sentidos, paráfrase e polissemia, fórmula e *slogan*; nossa opção teórica em relação ao objeto investigativo.

No terceiro capítulo, propomos, de posse do aparato teórico e analítico exposto nos capítulos anteriores, uma abordagem lexical, enunciativa e discursiva que depreenda o caráter midiático, social e político do objeto nos textos de comunicação social, tais como os produzidos em jornais digitais (*Folha de São Paulo*, *UOL Notícias*, *Câmara Notícias*, *Senado Notícias*, *Carta Capital*), e nas redes sociais, a exemplo de *memes* e cartazes de manifestação coletiva.

CAPÍTULO 1

O problema do sentido na língua/linguagem: *status quaestionis*

Neste capítulo, trataremos da relação que os fenômenos do mundo entretêm com a linguagem e o sentido. A fim de justificar adequadamente a importância dessa questão para a pesquisa e para os estudos discursivos, que fundamentam teórica e metodologicamente este estudo, propomos abordá-la pelas seguintes etapas: o *status quaestionis*, a relação do significado e a linguagem, a relação do objeto da pesquisa com os procedimentos metodológicos, teóricos e analíticos da Análise do Discurso Francesa.

Desde o início da pesquisa, deparamo-nos com o fato de que a problemática do sentido em relação aos fenômenos do mundo é não apenas pertinente, ou ainda, exclusiva dos estudos linguísticos da semântica, mas herança da filosofia da linguagem, desde a Antiguidade. Por tal problemática ter seu surgimento no pensamento filosófico helênico, julgamos pertinente apresentar os principais pensadores dessa questão ao longo da história do pensamento sobre a linguagem, e assim justificar e sedimentar os alicerces do presente estudo, tendo em vista que tal problemática foi abordada por diferentes teorias e pensadores ao longo dos séculos. Ao término desse percurso histórico, chegamos à questão do sentido pela ótica da análise do discurso francesa.

Para tanto, trataremos, em ordem histórica e teórica, nos subitens desse primeiro capítulo, do *status quaestionis*⁶.

Após fixarmos claramente o que já foi dito anteriormente por outros pensadores sobre a relação da linguagem, significado/sentido e os fenômenos do mundo, fazemos uma correlação entre esses estudos e o objeto da pesquisa: o fenômeno discursivo, isto é, social, político e midiático, do afastamento da presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff, em 2016.

⁶ O estado da questão (*status quaestionis*) são os diferentes posicionamentos de variados autores, obras ou teóricos acerca de um mesmo tema ao longo do tempo, em tradução livre do latim para o português, *status quaestionis*. Essa é uma terminologia empregada na filosofia, principalmente em capítulos iniciais de obras ou em diálogos epistemológicos, para demonstrar e explicar aquilo que foi escrito ou dito anteriormente sobre o tema.

1.1 Uma breve história da filosofia da linguagem

Iniciaremos o levantamento do *status quaestionis* com os apontamentos feitos na obra “*Do signo ao discurso: introdução à Filosofia da Linguagem*”, de Inês Araújo Lacerda (2004). Nesta obra, a autora apresenta os principais pensadores da filosofia da linguagem que responderam à problemática da relação do sentido com os fenômenos do mundo. Pontuamos imediatamente que cada pensador compreende o que é linguagem e sua relação com o mundo de forma distinta, ora relacionando linguagem ao pensamento humano, ora a fatores extra ou intralinguísticos.

O filósofo e matemático grego Platão foi um dos primeiros a refletir sobre a relação linguagem e mundo. Em seus diálogos, Platão questiona-se sobre o significado de alguns conceitos, pedindo ao seu interlocutor que os explique e defina. Em *A República*, Platão (1968) indaga sobre o conceito e sentido da palavra justiça e sua aplicabilidade no mundo prático. Seria o conceito da palavra “justiça” uma tradução imediata do que é justiça no mundo real? Ou seria o conceito da palavra justiça uma utopia norteadora das relações sociais? Ou ainda, seria a palavra “justiça” a definição à aplicação de ações dos governantes na sociedade?

Para esse filósofo, a linguagem é uma tradução imediata do pensamento e uma ferramenta retórica, pedagógica e elucidativa. Na referida obra, Platão compara o pensamento à cerâmica. Para ele, para se produzir uma peça de cerâmica é necessário se trabalhar manualmente, cuidadosamente e com perícia no barro. De forma análoga ocorre com o pensamento humano. Araújo (2004) afirma que, para o filósofo, as palavras significam pelos seus referentes no mundo e na mente humana, ou seja, as palavras seriam uma tradução direta da realidade.

Com essa primeira leitura sobre o que é a linguagem e sua importância para Platão, observamos que a relação sentido-linguagem-mundo foi objeto de estudo da filosofia desde o período helênico. Logo, sendo a linguagem resumida a um espelho do pensamento e o pensamento sendo enunciativo, o caráter estrutural da língua ficou restrito às diversas maneiras que a mente humana encontrou para ordenar, ou “modelar”, segundo Platão, as palavras e formular frases e significados diversos.

Sobre a definição de linguagem em Platão, Araújo (2004) comenta que, ao tratarmos da historiografia da palavra, compreendida como expressão direta do pensamento, o significado depende de sua relação com a “coisa” referida. Assim, a linguagem tem mero

papel de “pano de fundo” das questões filosóficas. Temos, nesse momento, uma “linguagem enunciativa” (linguagem = pensamento).

Araújo (2004) cita outro pensador que refletiu sobre a relação linguagem-sentido-mundo: o teólogo e filósofo Santo Agostinho. Na obra *De magistro*, Santo Agostinho elabora uma teoria que compreende a relação das palavras com a realidade, de forma a considerar a linguagem oral como exteriorização da vontade. Logo, para Santo Agostinho, as palavras são sinais das coisas; a linguagem é apenas referencial, com um significado que, por si só, é vazio. Isso porque a linguagem deve transmitir o pensamento. Esse pensador é o primeiro a propor um novo elemento, um “nó”, na relação linguagem-sentido-mundo: a referência. A esse respeito, trata-se de investigar como os sentidos veiculados pelas palavras de uma língua referem-se aos elementos extralinguísticos, ou seja, aos seres, coisas e fenômenos (fatos) do mundo.

A autora, Araújo (2004), prossegue em sua cronologia do *status quaestionis* citando outro pensador que também depreende o “nó” do referente na relação linguagem-sentido-mundo: John Locke. Locke propõe que todo conhecimento nasce da experiência – do empírico – e forma-se por obra das ideias. O empirismo lockiano considera a linguagem como parte integrante dos processos mentais (formação de ideias). Ele compreende que apenas o homem é dotado de linguagem, sendo os sons (linguagem oral) sinais de ideias, e a linguagem o veículo de ideias por tais sons. Nesse contexto, Araújo (2004) explica que, para Locke, o sentido é dado pelas palavras, que, por sua vez, significam as ideias na mente do falante. Logo, o significado é a tradução direta da ideia e o referente está condicionado à psique e não, necessariamente, a algo no mundo. Locke foi um dos primeiros a distinguir, mesmo que brevemente, o que é significado, significante e referente, e como essas três unidades estariam “amarradas”.

Inicialmente, observaremos o que há em comum entre esses pensadores: a compreensão de linguagem como intimamente ligada aos fenômenos do mundo, aos sentidos e a seus referentes. Apenas no século XX, com o *linguistic turn* (virada linguística), essas concepções sofrem mudanças; de “pano de fundo” das problemáticas filosóficas, a linguagem, e mais especificamente a língua, torna-se objeto de uma ciência própria: a linguística. Esse momento histórico foi caracterizado como o século da lógica e da linguagem, com o pensamento voltando-se para as questões estritamente da linguagem, o que gerou um corte epistemológico, em que foram abandonadas as concepções dos antigos, rumo a uma compreensão de linguagem como atividade humana, e de língua como estrutura articulada,

independente dos sujeitos que falam, e não submetida à função exclusiva da nomeação e/ou referenciação.

É no *linguistic turn* do século XX que o *status quaestionis* de nossa problemática central aponta bruscas mudanças: a linguagem, e mais especificamente a língua, adquirem caráter científico⁷. Foi Ferdinand de Saussure quem propôs uma distinção entre língua e linguagem, de forma a elevar a língua (*langue*) ao status formal de ciência, dando origem à linguística estrutural. O caráter científico da linguagem herdou a antiga questão filosófica, anteriormente trabalhada por pensadores como Platão, Santo Agostinho e John Locke, mas Ferdinand Saussure lança um novo olhar sobre a relação linguagem-sentido-mundo.

Araújo (2004) aponta, na perspectiva da linguística estruturalista, as principais divergências na abordagem da relação linguagem-sentido-mundo em detrimento da perspectiva filosófica. Ao tratar de uma das principais características da língua, a saber, o conceito de “signo linguístico”, formado por uma imagem acústica (significante) e um conceito (significado), ou, um plano de expressão e um plano de conteúdo, Saussure (2003) inaugura uma concepção de língua independente do pensamento humano. Desse modo, o signo vai de um simples “elo” direto entre palavra e coisa nomeada para uma unidade virtual multifacetada.

A respeito de outro importante ponto teórico da linguística, dessa vez, a referência, Araújo (2004) afirma que, para Saussure, a compreensão dos aspectos extralinguísticos existem, mas não são parte fundamental de sua teoria, isso pois, para os estudos estruturalistas da língua, são depreendidas as relações intralinguísticas, isto é, as unidades do sistema (fonema > morfema > lexema > sintagma) que se relacionam mutuamente, mediante um sistema de diferenças e oposições.

Araújo (2004) ainda pontua que Saussure, ao pensar sobre a dicotomia língua x fala, define a língua enquanto unidade integrante da linguagem, mas sem considerar os elementos externos e subjetivos que intervêm na comunicação. Sendo a língua um fenômeno social composto por um sistema de signos, os quais, por sua vez, apenas significam em oposição a outro signo, a fala é entendida como manifestação individual da língua, sujeita à variação. A dicotomia língua x fala diz respeito, então, ao caráter social da linguagem *versus* seu caráter individual. Não obstante, ambas as partes se completam: “o fenômeno linguístico apresenta

⁷ Posteriormente, surgem os estudos enunciativos (que herdam, principalmente, as questões do sentido e da referência) e o ramo da linguística dedicado ao estudo do sentido, isto é, a semântica.

perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale sem a outra” (SAUSSURE, 2003, p. 63).

Um ponto a se notar a respeito da definição de *fala* em Saussure, e que será distinta de Platão, Santo Agostinho e John Locke, segundo Araújo (2004), é seu aspecto de “ato linguístico, individual, material, concreto, psicofísico dependente da vontade e da inteligência do indivíduo, um impulso expressivo, ato inovador” (SAUSSURE, 2003, p. 60). A fala, para Saussure, é momentânea, heterogênea e individual, ou seja, de característica oposta, mas, ainda assim, complementar à língua.

Temos, então, no pensamento de Saussure, uma concepção de língua observada e descrita de forma isolada e aprofundada, e não mais secundária ou subsidiária à filosofia, mas uma ciência própria. Na linguística estrutural, temos o princípio das divergências para com a filosofia da linguagem na compreensão da relação linguagem-sentido-mundo. Ao longo do século XX, essas divergências foram ainda mais aprofundadas em disciplinas próprias, a exemplo da semântica e dos estudos discursivos, que irão tratar, cada uma à sua maneira e métodos, das questões relacionadas ao sentido e à referência, de forma a contribuir para a explicação da relação entre as palavras e aquilo que elas designam.

Outro importante ponto que diferencia as teorias da linguística estruturalista propostas por Ferdinand Saussure e a filosofia da linguagem é acerca da referência. Sob a ótica da filosofia da linguagem e dos principais pensadores que se debruçaram sobre essa questão, como Russell e Wittgenstein, a referência é compreendida como tendo uma ligação direta com o mundo e as coisas que nele existem.

Apenas para o filósofo e matemático alemão Gottlob Frege, há uma nova concepção de referência, pela compreensão de que “o sentido determina a referência” (CARDOSO, 2001, p. 42), mas, apesar de ser uma condição necessária, a referência não determina o sentido.

Segundo Cardoso (2001), para Frege, a relação palavra-sentido-mundo se estrutura em uma relação lógico-semântica independente do caráter discursivo da linguagem. Nessa perspectiva, Frege propõe um modelo de análise no qual se obtém a resposta a partir de uma análise lógica de sentenças gramaticalmente estruturadas, que reflitam os fatos do mundo real: “a tese do paralelismo completo entre o mundo dos fatos e as estruturas da linguagem” (CARDOSO, 2001, p. 43).

A esse respeito, podemos evocar a concepção de Frege, nesta citação de Cardoso (2001), para melhor situar a problemática do objeto da pesquisa:

Encerrando-se essas considerações sobre Frege, é possível dizer que a separação entre sentido e referência foi a tentativa fregeana de solucionar o dilema da questão da relação entre a linguagem e seu referente: como conhecer o objeto da linguagem fora da linguagem e pensamento? Ou: como conhecer o objeto da linguagem fora da linguagem. (CARDOSO, 2001, p. 57)

A esse respeito, observamos a complexidade de nosso objeto de estudo – a designação *golpe/impeachment* no acontecimento discursivo do afastamento de Dilma Rousseff –, alvo de produções discursivas com variados sentidos, gerando assim, por sua vez, inúmeros discursos. Como diz Cardoso, “sentidos diferentes visam ao mesmo referente” (CARDOSO, 2001, p. 43).

Após Frege, Cardoso (2001) afirma que o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein faz uma quebra epistemológica com a pragmática estrutural, assim como o próprio paradigma lógico, abordando pelo viés filosófico a problemática referência.

No quadro teórico que o pensador apresenta, a filosofia da linguagem até então denotada por uma referência com valor de verdade reconfigura-se, de forma que a referência se torna uma das facetas da linguagem, assim como o discurso, a estrutura, o fonema, etc. Em suma, para Wittgenstein, “a referência é um dos inúmeros jogos da linguagem. Não é central nem unificador, nem caracteriza definitivamente a fala” (ARAÚJO, 2004, p. 120). A esse novo modelo de observação da referência a autora postula com base nos ditos de Wittgenstein o nome de “novo paradigma pragmático”.

Nesse novo modelo, busca-se dissolver os problemas filosóficos a problemas linguísticos, sobretudo de referência, pois: “Não há meios seguros de chegar ao que são realmente (as coisas) por meio de palavras” (ARAÚJO, 2004, p. 102), haja vista que a realidade não tem forma preferencial de referência e nem uma ordem geral, mas sim na forma em que a realidade se apresenta — a referência dos sentidos: “saber o significado envolve saber a que objeto alguém se refere numa dada ocasião de uso” (ARAÚJO, 2004, p. 111).

Cardoso (2001) também afirma que, para Wittgenstein, referir e significar são processos complementares, mas diferentes. Referir é algo que alguém faz ao utilizar uma expressão, e significar depende da expressão e da sentença de uso.

O também filósofo Bertrand Russell em muitos pontos é contrário ao pensamento de Frege, pois aquele compreende que os nomes podem ter funções referencial e individualizadora, e que a questão do sentido situa-se na mesma categoria da referência. Segundo Cardoso (2001), Russell elabora uma teoria da descrição que é compreendida na existência de sentidos sem referência e orações significativas sem valor de verdade. Este seria,

segundo Cardoso (2001), o erro de Frege: compreender nomes próprios com descrições e valores de verdade, que, segundo Russell, são coisas distintas e independentes da referência.

No campo dos estudos linguísticos, no início do século XX, Cardoso (2001) aponta que a questão da referência ganha ares renovados com a teoria da enunciação, proposta pelo linguista francês Émile Benveniste. Benveniste define que a referência é parte integrante da enunciação. A referência só é de fato compreendida quando se relaciona o signo linguístico às categorias da enunciação, isto é, a pessoa, o tempo e o espaço. Cardoso assim explica essa teoria:

A enunciação, esse “colocar a língua em funcionamento” por um ato individual de apropriação, que supõe a conversão da língua em discurso não é, para Benveniste, a fala de Saussure. O discurso é a manifestação da enunciação ou seu produto. A enunciação não é produto, mas o ato de produzir o enunciado, antes do qual a língua não é a senão uma possibilidade. O valor de referência é conferido pela enunciação, ou seja, a língua deve ser considerada na medida em que, através do sujeito falante, no ato de enunciação, ela se refere ao mundo. E o centro desse ato de referência é o sujeito falante. (CARDOSO, 2001, p. 77)

Para tanto, Cardoso (2001) propõe um conceito de referência ofertada pelo sujeito-autor discursivo nos textos. Sendo assim, compreendemos o trato de nossas análises do capítulo três em uma perspectiva que delimite, inicialmente, do enunciado dos *corpus* até o discurso e sendo a referência de *golpe* e *impeachment* parte integrante do batimento da análise.

No próximo subitem, pontuaremos os deslocamentos entre a linguística de Saussure e os primeiros pensadores da filosofia da linguagem, a fim de tratarmos o *status quaestionis* da problemática central do nosso trabalho no período do século XX e nos aprofundarmos na teoria da linguística, cujo objeto, a língua, constitui um dos pilares da Análise do Discurso Francesa nos anos 1960, por Michel Pêcheux.

1.2 O *status quaestionis* sobre a relação linguagem e sentido no século XX

Após pontuarmos o surgimento da problemática da relação do significado/sentido⁸ na língua/linguagem com os fenômenos do mundo, daremos seguimento ao *status quaestionis*, trazendo a referida problemática para o século XX. Nesse subitem, pontuaremos mais detalhadamente a teoria dos signos de Ferdinand de Saussure, que será necessária para

⁸ Distinguímos *significado* de *sentido*, pelas diferentes concepções em que esses termos aparecem. Assim, *significado* está relacionado aos estudos linguísticos clássicos e à semântica, enquanto *sentido* é mais empregado nas abordagens enunciativas e discursivas da linguagem.

compreender adequadamente um dos tripés da Análise de Discurso Francesa proposta por Michel Pêcheux, a saber, a língua-sistema. Iniciaremos os pressupostos da linguística estrutural com: a definição da dicotomia língua x fala; a compreensão de significado em Saussure; a relação significado/sentido-fala.

Em seguida, após os apontamentos sobre a teoria de Ferdinand de Saussure, apresentaremos a perspectiva de Dominique Maingueneau sobre o caráter e a importância do contexto para o sentido na relação linguagem-sentido-mundo.

Com essas explicações, buscamos demonstrar que o *status quaestionis* da problemática central do nosso trabalho, a relação linguagem-sentido-mundo, durante o século XX, sofre alterações substanciais com relação aos estudos precedentes.

Por fim, iremos concluir esse subitem e este primeiro capítulo propondo os passos investigativos dessa pesquisa. Tendo como objetivos: demonstrar o *status quaestionis* atual de como os sentidos se relacionam com os fatos do mundo; depreender como se dá a relação linguagem-sentido-mundo, sendo o ponto inicial o estruturalismo linguístico, o qual nos apresenta um “nó investigativo” entre a fala (individual, subjetivo, instável) x língua (coletivo, normatizado, estável) x sentido (acontecimento e estrutura) x fenômeno no mundo; enfim, uma abordagem lógico-discursiva, ancorada nos pressupostos da teoria discursiva de Michel Pêcheux e as compreensões da relação do sentido e o contexto de uso pensadas por Dominique Maingueneau.

Os estudos estruturalistas propostos por Saussure são o ponto de partida para responder às questões centrais deste trabalho, visto que é este estudioso quem confere um caráter científico aos estudos da linguagem, colocando a questão do significado em relação à língua enquanto sistema. Porém, o aspecto estrutural da língua não basta para, por si só, respondê-la. Saussure, apesar de reconhecer a questão do sentido, não o aborda, por considerar que tal problemática tem sua resposta em um caráter extralinguístico.

Com efeito, são os estudos enunciativos que, após Saussure, vão se ocupar da problemática do sentido na língua/linguagem de forma mais pontual. Adotamos, para tal tarefa, um percurso que se encaminha do signo ao discurso, pois os estudos sobre língua/linguagem avançaram, desde os anos 1960, no sentido de mostrar o peso do contexto na compreensão e circulação da língua.

Acerca do problema da relação entre língua e contexto, trabalhado, entre outros pesquisadores, por Dominique Maingueneau (2005), também é fundamental complementar que ao longo da análise realizada no capítulo três buscamos, também, situar o *status*

quaestionis no século XX, e demonstra que os aspectos estruturais da língua são insuficientes para se compreender como o sentido se atualiza na linguagem.

Por fim, após o encerramento do *status quaestionis*, abordaremos de forma mais detalhada o objeto da presente pesquisa, propondo: (i) colocar em evidência as formações discursivas manifestadas no *corpus* de estudo, a fim de investigar de quais formas há ou não formações discursivas antagônicas produzidas acerca do objeto investigado; (ii) observar se essas formações discursivas distintas se encaixam ou não no par opositivo direita e/ou esquerda; (iii) identificar os *locus* discursivos dos sujeitos que designam ora *golpe*, ora *impeachment*.

1.2.2. O significado em Saussure

É em Ferdinand Saussure, no século XX, como já dito, que a linguagem adquire *status* científico. Assim sendo, trataremos neste subitem da abordagem linguística estruturalista. É nessa abordagem científica que a análise do discurso francesa encontra um de seus três pilares epistemológicos: além da língua, o sujeito e a ideologia. Também é na linguística estrutural que Araújo (2004) justifica a proposta investigativa adotada em nosso percurso. Justificamos a tomada da perspectiva da autora através da própria incursão que esse trabalho nos trouxe de imediato: uma análise estritamente linguística não basta para explicar a relação entre linguagem-mundo-sentido.

Saussure observa que todas as sociedades possuem um meio de comunicação articulado: a língua, que constitui uma parte da atividade maior de linguagem. Para as teorias da Linguística Estrutural há fatos sincrônicos (fatos atuais e efetivos) e fatos diacrônicos (históricos), devendo a língua ser estudada sincronicamente, enquanto produto social da linguagem, uma estrutura. Araújo (2004, p. 29), trabalhando os conceitos de Saussure, afirma que “para haver língua é preciso que ideias distintas correspondam a signos distintos”. Nesse dito, a pesquisadora depreende os estudos de Saussure, para quem o signo é composto por uma imagem acústica (significante), além dos conceitos associados (significado). Logo, é possível justificar que o signo é importante para os estudos linguísticos, porque seus elementos têm caráter de ligação entre o que é estrutural (língua) e o que é extralinguístico (fala).

Araújo (2004) ainda pontua que, segundo os pressupostos teóricos de Saussure, a referência à exterioridade permanece fora do estudo linguístico, na medida em que o estudo

dessa última se limita às relações internas do sistema. A referência é (e deve) ser explicada em um patamar elucidativo lógico-discursivo.

Do que se conclui que a linguística sugere meios para lidar com o problema da relação entre significação e realidade, ao contrário da suposição de Saussure. Mesmo levando-se em conta que os propósitos de Sapir e Saussure não sejam os mesmos, importa ressaltar justamente a complexidade da linguagem, quer sob o ponto de vista da organização sintático-lexical das línguas (sua estrutura), quer sob o ponto de vista lexical e semântico. (ARAÚJO, 2004, p. 34)

Araújo (2004) comenta, acerca da obra de Saussure, que o linguista procurou evitar o estudo do extralinguístico em sua ciência. Ao pontuar que, entre significante e significado, não há que se falar em relação interna que os ligue, Saussure acaba por se contradizer, implicando, necessariamente, o elemento extralinguístico, visto que diferentes significantes, a exemplo de “fleur” (francês), “flower” (inglês), “flor” (português), em diferentes culturas, quando tomados na relação significante/significado, acabam por remeter a uma só realidade, o elemento extralinguístico, e não a seu significado linguístico. Vejamos:

O tropeço teórico de Saussure reside na sua proposta de que entre o significante e o significado não há nenhuma ligação. O significado “casa” tem como significantes [casa], [Haus], [maison]. Isto mostra que Saussure acaba por introduzir um terceiro elemento no interior do signo que é a própria coisa externa, a realidade, justamente aquilo que ele pretendia deixar de lado, pois os significantes acima relacionados se repostam à mesma realidade, ou seja, ao objeto físico ou cultural chamado “casa”, extralinguístico, e não ao significado linguístico “casa”, como demonstrou Benveniste em *Princípios de linguística geral* (1996). (ARAÚJO, 2004, p. 34)

Na abordagem estruturalista da língua, Saussure descreve uma teoria na qual o signo é compreendido como fruto de uma convenção social, e que a relação entre significante e significado é fundamental, ainda que arbitrária. Tal fato conduz à importância da noção de que a língua, para Saussure, não se limita de forma alguma a um instrumento do pensamento (como tratado por pensadores anteriores a ele em outros períodos) ou a um simples código a ser decodificado. O senso comum estabelece que as palavras são meros sons, que as línguas são limitadas e que o pensamento claro e distinto encontra nelas um obstáculo para se expressar.

Sobre o sentido na linguística estruturalista pensada por Ferdinand Saussure, Araújo (2004) comenta que o signo só tem sentido em oposição a outro signo, em um jogo de regras internas da própria língua. A capacidade de nomear ou denotar não é intrínseca ao signo, visto que não há uma ligação direta entre signo e referentes, isso por diversas razões: os signos não são etiquetas das coisas, o mundo não tem uma interpretabilidade objetiva, os signos não

possuem um significado fixo. De todo modo, os signos, ao estabelecerem relações entre si, também estabelecem uma relação com as coisas que se situam no exterior da língua: a referência, ou seja, uma relação entre o intra e o extralinguístico, apesar de Saussure priorizar o primeiro.

Nesse aspecto, é possível afirmar que a relação entre signo e realidade não pode ser resolvida pela linguística estrutural. Nesta abordagem teórica, a realidade externa à língua não conta com a significação, porque é na linguagem que a realidade converge e por ela a referência é guiada. Saussure reconhece a existência da referência, mas apenas para ressaltar a própria complexidade da linguagem. Segundo Araújo (2004, p. 37), “Saussure diz que o significado corresponde a um conceito, e pouco avançou além dessa consideração. Aos filósofos importa, e muito, a questão de como é possível que a um signo corresponde um objeto”.

1.3 A questão da referência na língua/linguagem

Propomos, aqui, segundo as perspectivas teóricas de Cardoso (2003), refletir quais são e como se dão os mecanismos linguísticos que possibilitam a referência de sentidos na língua e como os sentidos das palavras referidas podem orientar a interpretação do discurso.

Primeiramente, é importante começarmos a reflexão ressaltando a diferença entre significar e referir. Ambos os termos estão ligados ao caráter extralinguístico e ao mundo. Para que sejam significativas, as expressões precisam compreender o factual, ou seja, algo que reporte à realidade. Por sua vez, referir é algo que alguém faz ao utilizar essa expressão fundamentada à realidade. Por exemplo, dizer algo é diferente de fazer algo, como no enunciado “Eu prometo parar de fumar”, que se refere a um fato do mundo – a prática do tabagismo – e a uma ação – a de que o sujeito irá abandonar o hábito de fumar.

Para Araújo (2004, p. 84), “para haver referência, um objeto ou indivíduo devem satisfazer certas propriedades”, como o ambiente em que o falante se localiza, conhecer as circunstâncias que levam ao uso do sentido pelo falante. A referência não depende apenas do falante, mas também da comunidade que o circunda:

Há um paralelismo entre linguagem e realidade, as coisas devem ser assim no mundo, e isso é a linguagem que diz. Os fatos podem ser ditos se puderem ser formulados de forma lógica do contrário não são pensáveis. Devido ao paralelismo entre linguagem e mundo, a relação de referência é assegurada sempre que for o caso de haver um modo possível de afiguração. (ARAÚJO, 2004, p. 81)

Podemos depreender a relação entre sentido, mundo e referência como faz Cardoso, na obra (2003, p. 8), que afirma: “A história dos estudos das línguas sempre passa de alguma forma pela tentativa de resolver ou de evitar o problema da relação entre as palavras e as coisas”. Para tanto, a linguística moderna herda tal questão, porém com o recorte epistemológico de não tentar a obtenção de uma resposta sem apelar para uma “linguística histórica das palavras”.

A autora define a problemática da seguinte forma: a relação entre linguagem (um dizer) e uma exterioridade (um não dizer), relação necessária para que a linguagem tenha o seu valor e não se encerre em si própria, é o que se chama de *referência* (CARDOSO, 2003, p. 01).

A abordagem ao *referente* do nosso objeto se torna de fundamental importância quando pensamos que a compreensão de um signo tripartido em significado/palavra. Nessa concepção, temos o seguinte esquema:

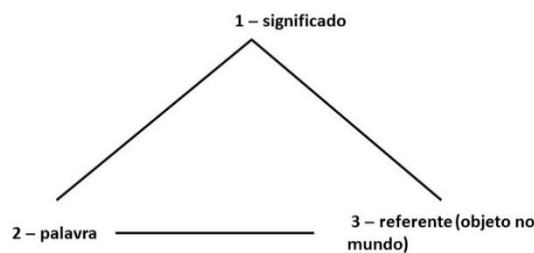


Figura 1: a relação palavra, significado e referente. Elaborado por Cardoso (2003).

A partir dessa representação, podemos nos debruçar sobre a perspectiva de Cardoso (2003), para quem a referência não muda os sentidos das palavras, assim como também não muda a existência do referente ao sentido no mundo, mas pode orientar a interpretabilidade dos efeitos de sentido no discurso, assim como a compreensão do referente.

Cardoso (2003) comenta também que, para que a relação entre signo e seu objeto de referência pudesse ser totalmente transparente, seria necessário fazer uma total abstração do ato mental (CARDOSO, 2003, p. 11).

Assim sendo, comparando as pressuposições teóricas de Cardoso (2003) às pontuações das concepções dos filósofos da linguagem que se debruçaram sobre essa mesma problemática, para esses pensadores, o pensamento era enunciativo por si só, ou seja, as palavras eram traduções diretas do pensamento humano e a referência fruto da representação das coisas do mundo (referente) na psique humana. Por sua vez, para Cardoso (2003), o

pensamento não é necessariamente enunciativo, pois, segundo a autora, não existe pensamento sem linguagem e linguagem sem pensamento. Ela também comunga da perspectiva de que a realidade não tem forma de referente preferencial e que a relação coisa-palavra-mundo está além do caráter meramente linguístico, visto que o processo de referenciação demanda diversos deslocamentos de sentidos e condições que permitam o referido processo.

Para pensarmos mais profundamente sobre o processo de referência e seus deslocamentos de sentido, voltemos à linguística estrutural pensada por Saussure. Como já afirmado anteriormente, Saussure não aborda a referência em sua teorização sobre a língua, assim como também não aborda o sentido, por compreender que são aspectos extralinguísticos, que extrapolam o signo. Tanto Cardoso (2003) quanto Araújo (2004) partem dessa compreensão saussuriana para explicar os deslocamentos de sentido do processo de referência.

Cardoso (2001) comenta que os pressupostos teóricos da Linguística Estrutural acerca da relação palavra-coisa-mundo ou signo-realidade, em discordância com Saussure, são indissociáveis e não são arbitrários, de forma que: “a anular qualquer possibilidade de língua e realidade se colocarem em uma contínua relação” (CARDOSO, 2001, p. 25). Assim sendo, podemos comentar as percepções teóricas expostas nesse subitem em exemplificação a nosso *corpus* investigativo: observamos que os sentidos produzidos de *golpe* e *impeachment* no fenômeno de impedimento da Presidente Dilma Rousseff em 2016 são mais do que meras nomenclaturas arbitrárias em relação ao fenômeno (coisa no mundo); são formulações que carregam em si referência(s) para deslocar o sentido do fenômeno e orientar sua interpretabilidade, mesmo que esse deslocamento de sentido não altere de fato o referente, a saber, o afastamento de Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República do Brasil.

Ao término dessas reflexões sobre o modo como as palavras poderiam significar em relação aos fenômenos do mundo, segundo as perspectivas da Filosofia da Linguagem e da teoria linguística de Ferdinand de Saussure, podemos propor algumas proposições em torno de três (hipó)teses que nos parecem predominantes: (i) as palavras nomeiam os fenômenos do mundo (tese referencialista); (ii) as palavras significam na relação com outras palavras (tese estruturalista); (iii) as palavras significam em contexto (tese linguístico-discursiva). Para comprovar essas (hipó)teses, façamos reflexões pertinentes: a palavra, a coisa no mundo, o sentido e a referência relacionado ao objeto da pesquisa.

Com base no exposto anteriormente, acerca do signo saussuriano, a unidade mínima de significação, segundo a linguística estruturalista, como ponto de partida, iremos em direção

das superfícies maiores de compreensão da linguagem, passando pelo lexema e os aspectos formadores do contexto e da interpretação, tal como trabalhados por Maingueneau (2005). Observamos em nosso *status quaestionis* que “[...] o signo linguístico é operacional, não está simplesmente no lugar de algo” (ARAÚJO, 2004, p. 39). Nesse sentido, o trato discursivo que propomos nesse trabalho explora, inicialmente, o signo de Saussure, na relação linguagem-realidade-significação e referência; em seguida, correlacionando o objeto da pesquisa e o contexto político-social ao qual está inserido aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa. Dessa forma, buscamos demonstrar a impossibilidade de uma fixação de referência, de forma que o sentido da sentença independe de ela ser verdadeira ou falsa.

1.4 O sentido e o caráter extralinguístico da linguagem

Como visto anteriormente, uma abordagem estritamente linguística se mostra insuficiente, isso pois o extralinguístico não foi abordado por Ferdinand Saussure. Assim sendo, para que possamos explorar a relação linguagem-sentido-mundo, a referência da/na linguagem ao extralinguístico/mundo também deve ser tratada nesse trabalho. Este subitem tratará justamente da relação entre o significado e o contexto, buscando demonstrar que, após os pressupostos de Saussure, o *status quaestionis* da problemática linguagem-sentido-mundo se aprofundou ainda mais na metade do século XX, com os estudos enunciativos.

Para Maingueneau (2005), uma perspectiva restrita aos aspectos internos do sistema, como o nível morfossintático, é insuficiente para o estudo do funcionamento da linguagem e, em particular, para a interpretação dos enunciados. Mas, apesar de, por si só, serem insatisfatórios, os aspectos estruturais da língua são fundamentais para as questões relacionados ao sentido.

Há um papel dominante do contexto na interpretabilidade de enunciados e textos, sendo que frases estruturadas ou gramaticalmente corretas, ou ainda combinações de signos para a formação de sentenças são insuficientes para haver sentido, interpretar o sentido ou ainda relacionar o sentido a um fato/coisa no mundo.

Maingueneau (2005) evoca, a esse respeito, a concepção tradicional de que cada enunciado é portador de um sentido estável, conferido pelo locutor. Esse mesmo sentido seria decifrado pelo interlocutor, que compartilha o mesmo código do locutor, ou seja, a mesma língua. Vejamos:

Nessa concepção da atividade linguística, o sentido estaria escrito de alguma forma no enunciado, e sua compreensão dependeria essencialmente de um conhecimento do léxico e da gramática da língua; o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambiguidades dos enunciados. (MAINGUENEAU, 2005, p. 19)

Ainda de acordo com essa concepção, o autor diz que a via de acesso ao estatuto pragmático de um enunciado, isso é, seu contexto imediato, também é restrito ao conteúdo do enunciado: “basta compreender os sentidos das palavras e as regras de sintaxe” (MAINGUENEAU, 2005, p. 23). O autor alerta, a esse respeito, que “as coisas não são tão imediatas” (*idem*, p. 23). A título exemplo:

Um verbo no infinitivo não exprime necessariamente uma injunção ou, uma forma negativa, uma interjeição. Em frases “independentes”, um infinitivo sem sujeito expresso não pode ser assertivo, ou seja, apresentar um enunciado como verdadeiro ou falso. Quando o enunciado é não assertivo [...] ele pode ser interpretado como um desejo, um conselho, ordem. (MAINGUENEAU, 2005, p. 23)

Maingueneau (2005) exemplifica a citação anterior pelo enunciado “não fumar”, em que se nota a presença do verbo no modo infinitivo: “fumar”. O que garante a interpretabilidade desse enunciado como sendo uma ordem, segundo o autor, não são suas marcas linguísticas, mas seu “valor pragmático” (MAINGUENEAU, 2005, p. 21), isto é, os índices do contexto da enunciação: as pessoas do discurso (enunciador e destinatário), o espaço e o tempo da enunciação, o suporte de veiculação.

Mas, de um ponto de vista gramatical, em particular sintático e lexical, o enunciado “não fumar” fornece tão somente informações como: oração com sujeito inexistente (também chamado de oração sem sujeito), visto que não é possível atribuir a alguém em particular a informação contida no predicado verbal; frase não assertiva. Por essa ótica, o enunciado “não fumar”, comumente visto em placas contextualizadas em locais públicos e privados, teria seu significado restrito aos elementos internos da língua.

Na ausência de marcas linguísticas que ancoram diretamente esse enunciado em seu contexto de enunciação, por meio dos signos dêiticos, cabe ao leitor, por meio de outros índices, interpretar adequadamente o enunciado em questão como interdição, e não como conselho, convite ou sugestão.

Observamos que a questão da referência da linguagem aos fatos/fenômenos do mundo necessita de uma abordagem mais detalhada. Em muitos casos, o conteúdo do que é dito, o signo, não apresenta elementos suficientes para a interpretabilidade dos enunciados.

Além disso, há casos em que o sentido das palavras “escapa” ao sujeito, para retomar a tese defendida pela Análise do Discurso Francesa.

Diante desse breve exposto, podemos afirmar que o sentido é indissociável do contexto em que os enunciados são produzidos, o qual fornece diversas “ferramentas” de interpretabilidade que possibilitam uma interpretação adequada (ou não) dos discursos. Para o autor, a pessoa que interpreta um enunciado reconstrói o sentido a partir dos índices presentes, mas também de outros aspectos, a exemplo das condições de produção do(s) discurso(s), uma vez que a ideia de um enunciado com sentido fixo fora de um contexto tornou-se insustentável.

Outro apontamento fundamental sobre a importância do contexto para este trabalho e sua relação com a interpretabilidade dos sentidos é sua capacidade de apreender o “ambiente lexical”, ou seja, o contexto de produção do discurso: “O contexto também se configura como uma importante marca linguística de orientação da interpretação, de modo que: o contexto não é necessariamente o ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 26). O autor ainda define contexto como sequências verbais encontradas antes ou depois da unidade a interpretar, fragmentos de uma totalidade mais ampla, seja um romance, um diálogo, um artigo de jornal, etc. Portanto, o sentido dos enunciados também está relacionado aos enunciados anteriores, o que induz, no debate sobre o significado/sentido das palavras o interdiscurso⁹, isto é, “o conjunto imenso de outros discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 24) que sustentam os discursos.

Segundo Maingueneau (2005), todo texto possui três contextos: o *contexto de enunciação* dos textos, que pode ser linguisticamente marcado, ou não; o *contexto*, ou sequências verbais localizadas antes ou depois no espaço do texto; o *contexto histórico* dos textos, ou “saberes anteriores à enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 27).

Esclarecida a importância da abordagem lexical para a interpretabilidade de um enunciado, devemos apreender quais são as outras competências que intervêm na configuração do significado/sentido de uma palavra, expressão, enunciado.

As condições de produção e interpretação de um enunciado são denominadas por Maingueneau (2005) de “competências comunicativas”: (do) contexto, (das) marcações linguísticas e enciclopédicas, estando esta última relacionada a um número considerável de conhecimentos sobre o mundo. Sendo assim, é na competência enciclopédica que temos ciência, por exemplo, de que uma proibição de fumar se aplica exclusivamente aos praticantes

⁹ Trataremos do interdiscurso no capítulo 2.

do tabagismo; que cigarros, cachimbos, charutos, etc., expelem fumaça, e que a fumaça, por sua vez, é considerada prejudicial à saúde e pode ser inalada por não-fumantes. Essa competência também expõe os principais fatos históricos, personalidades importantes da vida sociocultural, entre outros conhecimentos. A competência enciclopédica, evidentemente, varia de sociedade para sociedade, de sujeito para sujeito e para cada formação de indivíduo. Logo, tudo que se aprende ao longo da vida se torna apoio para a produção e a compreensão de enunciados futuros.

Em outro exemplo, a compreensão da frase-chavão da cultura *pop* dos anos 2000 “*winter is coming*”, requer, primeiramente, uma competência linguística; é necessário que o enunciador seja versado em uma determinada língua, nesse caso o inglês, para orientar com as marcações linguísticas a compreensão do sentido ao enunciatário. E também, enunciador e enunciatário precisarão saber a que essa frase remete ao jargão de um famoso personagem da cultura *pop*. Ou seja, requer-se, ainda, uma competência para interpretar textos a partir de outros textos (saber intertextual ou interdiscursivo).

Mainueneau (2005) também elucidada os *scripts* como componentes da competência enciclopédica. Os *scripts* são ações adequadas para alcançar um dado objetivo e são indispensáveis para ler e compreender os textos, sobretudo os narrativos, ou seja, ao lermos um jornal, o jornalista tem um conjunto de ações discursivas que deve seguir a fim de nortear a situação de informar por meio de uma notícia.

Outra competência descrita por Mainueneau (2005) necessária para a criação e interpretação de enunciados/textos é a competência genérica. Essa competência consiste na forma como devemos nos comportar ao nos depararmos com um dado gênero discursivo. Segundo Mainueneau (2005, p. 41), “o discurso jamais se apresenta como tal, mas sempre na forma de um gênero de discurso particular: um boletim de meteorologia, uma ata de reunião, um brinde, etc.”. O autor também afirma que, mesmo não conhecendo todos os gêneros, somos geralmente capazes de identificá-los e de nos comportarmos de acordo com suas características enunciativas.

O domínio das leis do discurso e dos gêneros do discurso (a competência genérica) são os componentes essenciais de nossa competência comunicativa, ou seja, de nossa aptidão para produzir e interpretar os enunciados de maneira adequada às múltiplas situações de nossa existência. Essa aptidão não requer uma aprendizagem explícita; nós adquirimos por impregnação, ao mesmo tempo que aprendemos a nos conduzir na sociedade. (MAINGUENEAU, 2005, p. 41)

Cada enunciado possui um certo “estatuto” e, baseando-nos nisso, é que lidamos com o discurso. Quando identificamos o enunciado de um texto jornalístico, adotamos uma atitude conveniente com o enunciado. Por exemplo, damos maior atenção às notícias referentes à economia ou à política e, muitas vezes, ignoramos o caderno de culinária ou classificados. Outro exemplo: ao nos depararmos com dois enunciados distintos, um panfleto e uma receita médica, geralmente descartamos o primeiro e guardamos o segundo.

Outro ponto fundamental dessa competência é que determinados enunciados podem ser produzidos por quaisquer membros da sociedade, como escrever um cartão postal, um *e-mail*, uma receita, mas outros gêneros são reservados a um determinado nicho da sociedade. Uma receita médica só pode ser produzida por um profissional competente, uma dissertação de mestrado é feita por alunos de um programa de mestrado, etc.

Maingueneau (2005) elucida a interação das competências:

Seria simples, se elas se manifestassem de modo sequencial, isto é, uma após a outra. Entretanto, elas *interagem* para produzir uma interpretação. Com estratégias diferentes, pode-se chegar à mesma interpretação. Nada impede, por exemplo, que se comece identificando, por intermédio de marcas de vários tipos, o gênero do discurso em que se inclui o enunciado, para determinar de maneira geral seu conteúdo e a direção por ele visada, seus destinatários e o comportamento a ser adotado em relação a ele. Assim, uma determinada competência permite remediar as deficiências ou o fracasso do recurso a uma outra competência. (MAINGUENEAU, 2005, p. 45)

Para Maingueneau (2005), as diversas competências comunicativas existentes são indissociáveis. Na leitura ou compreensão do discurso, as competências não se separam; pelo contrário, se mesclam. Todavia, para uma análise é necessário, por vezes, focar em uma ou outra competência, momentaneamente.

Diante do exposto, justificamos nossa abordagem no estudo pontual da natureza dos enunciados em seus mais variados gêneros discursivos (BAKHTIN, 2003) que compõem o *corpus* de análise.

A respeito dos termos *discurso*, *enunciado* e *texto*, Maingueneau (2005) observa que, durante muito tempo, foram tomados como sinônimos para se referir a sequência de frases gramaticais (nível suprafrasal) dotadas de um significado mais ou menos fixo. No entanto, esses conceitos se distinguem pelo ponto de vista adotado, tanto teórico quanto metodológico. Em nossa pesquisa, discurso é compreendido como objeto teórico da análise do discurso por excelência; enunciado e texto, como produtos do discurso: este, produto material localizável na história; aquele, tomado em uma dimensão ampla, relacionado à memória e ao interdiscurso.

Ao delimitarmos parte do nosso *corpus* como sendo composto de textos de comunicação social, levamos em conta, em conformidade com o exposto nesse subitem, os diferentes níveis dos textos: seus elementos internos (nível lexical, sintático e contextual), e externos ou extralinguísticos, isto é, suas condições de produção (nível enunciativo e discursivo) e o suporte material, sem perder de vista a questão da referência (a relação referente/referência).

Diante do exposto, pelo viés da Filosofia da linguagem, da Linguística Estrutural e da Análise do Discurso Francesa, buscamos compreender o fenômeno social, político e discursivo que foi o processo de afastamento de 2016, no qual a Presidente eleita Dilma Vana Rousseff foi destituída de seu cargo eletivo de Presidente da República. Assim sendo, no próximo capítulo, trataremos de abordar os principais pontos teóricos da Análise do Discurso Francesa.

CAPÍTULO 2

A ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo, será pontuado os principais tópicos teóricos da Análise do Discurso Francesa que são pertinentes a nossa pesquisa. Essa disciplina científica foi iniciada na França no final dos anos 1960, pelo filósofo Michel Pêcheux. O capítulo está organizado da seguinte forma: um breve histórico da Análise do Discurso, com o surgimento da disciplina e suas fases, em que diferentes conceitos foram propostos e trabalhados, tais como condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, pré-construído e memória discursiva; a estrutura e o acontecimento discursivo; a importância do sentido para a Análise de Discurso; a formulação e a circulação de sentidos e, por fim, a noção de “fórmula”, em uma perspectiva atual da Análise do Discurso.

Esse capítulo também se presta ao papel de situar o *status quaestionis* da nossa problemática investigativa central para a metade do século XX, mais precisamente, partindo da Linguística Estrutural de Saussure, rumo à compreensão do sentido na língua pelo viés da Análise do Discurso.

A escolha dessa disciplina teórica e analítica também se justifica porque ela compreende o discurso como objeto linguístico, no sentido de Saussure, e, ao mesmo tempo, histórico, no sentido do materialismo histórico, que compreende que o homem e os fatos são explicados pela conjuntura social e ideológica, de acordo com seu posicionamento no curso da história, com grande contribuição da noção de sujeito inconsciente, pela psicanálise.

Em uma definição inicial de análise do discurso, Orlandi (2001) afirma:

A Análise do discurso, como o próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr, pôr em movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: como o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2001, p. 15)

Nessa perspectiva, nosso objetivo nessa pesquisa é, primordialmente, compreender as palavras *golpe* e *impeachment* em movimento, em seu uso pelo homem dentro de um

determinado período histórico, social, político e discursivo: o fenômeno de afastamento de Dilma Rousseff em 2016.

Acerca da necessidade de fundamentar teoricamente uma análise discursiva, como faremos adiante, na perspectiva de Orlandi (2001), a Análise de Discurso se preocupa em compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, realizado pelo movimento do homem na história. Mas não apenas isso; também se preocupa em observar os mecanismos que possibilitam a construção dos sentidos e os gestos de interpretação desses sentidos. Logo, compreender as condições de produção do discurso é o passo inicial e primordial tanto para o desenvolvimento de uma análise de qualquer discurso, quanto para a *práxis* metodológica.

2.1 Uma breve história do surgimento da Análise de Discurso Francesa

A respeito da história da análise do discurso, Malidier (2003) relembra, com base em Pêcheux, as três fases da análise do discurso francesa, sendo a primeira fase de 1969 a 1975; a segunda, de 1976 a 1979; e a terceira, de 1980 a 1983.

A primeira fase inicia-se em 1969, quando Michel Pêcheux publica a obra “*Análise automática do discurso*”, que traz consigo o primeiro conceito de discurso e lança conceitos fundamentais sobre os textos, a leitura e o sentido. Segundo Malidier (2003, p. 20), “Análise automática do discurso é o terreno da epistemologia e da crítica das ciências humanas e sociais”. Nessa fase, segundo a autora, Pêcheux, motivado pela sua paixão pelas máquinas, elabora um “dispositivo” de análise: um primeiro modelo de máquina de ler que arrancaria da leitura seu subjetivismo.

Esse “dispositivo” está ligado a uma teoria – a teoria do discurso –, que ainda estaria por vir subsequentemente, e que invocaria os postulados teóricos de Marx, Freud e Saussure. A autora assim enfatiza a primeira definição de discurso:

Desde este momento, a quaisquer que sejam os remanejamentos que virão, o *discurso* deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem. (MALDIDIÉ, 2003, p. 21)

O conceito de discurso acaba por ser algo inédito, que não pretende superar a dicotomia saussuriana língua/fala, mas reformulá-la. Segundo Malidier (2003, p. 22), “Michel Pêcheux constitui o *discurso* como uma reformulação da fala saussuriana, desembaraçada de suas implicações subjetivas”. Nessa perspectiva, é possível compreender o

conceito de *discurso* como um ponto de encontro da língua saussuriana, despojado das coerções da ordem linguística e do sujeito psicológico, ou seja, como a língua adicionada aos aspectos exteriores, um tecido histórico-social, ou ainda, uma espécie de “filtro” que seleciona tais exterioridades para as sequências discursivas.

Nessa fase, outra importante definição começa a ser desenhada: a de texto.

O texto, cuja unidade, remete à de um sujeito ou instituição, é pulverizado. É impossível analisar um discurso como um texto [...] é necessário referi-lo ao um conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção. (MALDIDIER, 2003, p. 23)

Malidier (2003) aponta a obra “*Análise automática do discurso*”, de Michel Pêcheux, como o primeiro momento em que a Análise de Discurso trata da importância do texto. A autora comenta que é em Pêcheux que o texto passa a figurar como objeto simbólico de análise e a leitura como ferramenta da interpretação dessas análises. Ainda assim, mesmo com esse largo avanço nas concepções de texto e leitura, Malidier (2003) afirma que o início da teoria do discurso na primeira fase é: “Notemos uma concepção ainda pobre da língua, fortemente marcada pela ideologia estrutural” (MALDIDIER, 2003, p. 24).

A primeira fase foi, em suma, um portal para novas questões ávidas de respostas. Por sua vez, a segunda fase é um convite a repensar e aprofundar conceitos anteriormente propostos e formular novos pontos, como veremos adiante. Com o auxílio de colaboradores, dentre os quais se destacam nomes como Jacqueline Léon, Jean-Jacques Courtine, Catherine Fuchs, entre outros, é formulada a questão da falha, a formação discursiva (postulado teórico emprestado do pensamento de Foucault), o interdiscurso e os dois esquecimentos. Esses novos pontos de preocupação da disciplina reverberarão até os dias atuais.

Em 1971, Pêcheux publica, em conjunto com os seus colaboradores, o artigo “Língua, linguagem e discurso”, no qual, os autores intervêm pela primeira vez no pensamento de Saussure, com a seguinte questão: “O que pode a linguística quando se trata do sentido?”. Com essa questão, fundamenta-se uma das principais questões da Análise do Discurso: o sentido. Para Pêcheux, diferentemente da semântica, “o laço que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas desse texto não é de forma alguma secundária, mas constitutivo das próprias significações” (MALDIDIER, 2003, p. 31). Com isso, o conceito de *discurso* assenta-se com mais propriedade epistemológica na recém-fundada disciplina.

Posteriormente, ainda no ano de 1971, em obra de autoria do filósofo Althusser (2009), “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, é trabalhado o conceito de ideologia e

sua manifestação nas práticas sociais, mediadas pela linguagem. Essa obra influenciaria de forma determinante a elaboração de uma teoria do discurso, na medida em que, para Pêcheux e seus colaboradores, a ideologia possui uma existência material, ecoando no discurso e nos textos.

Apenas em 1975, com a publicação de um artigo na edição de número 37 da revista *Langages*, surge de fato um amadurecimento das reflexões de Pêcheux iniciadas em 1969. No artigo, é definido o campo teórico e o quadro epistemológico da Análise do Discurso: o materialismo histórico, advento do marxismo, como teoria das formações sociais e de suas transformações, aqui compreendida como a teoria das ideologias; a linguística, como estudo dos mecanismos estruturais da língua e dos enunciados, que compreende a língua como não transparente/evidente; a teoria do discurso: como teoria da formação dos processos semânticos, que traz um novo olhar sobre o estudo do sentido – “a semântica é o ponto em que a linguística tem a ver com a filosofia e a ciência das formações sociais” (MALDIDIER, 2003, p. 45); enfim, a psicanálise, como uma teoria da subjetividade que desloca o conceito de Freud de homem para sujeito social, histórico e ideológico, suscetível a inúmeros fatores de formação.

A segunda fase da Análise do Discurso Francesa se inicia em 1976, segundo Maldidier (2003), e abre uma grande fratura, uma reviravolta da conjuntura teórica que desemboca em um novo paradigma teórico, um processo que chegaria aos anos 1980, com o colóquio “Materialidades discursivas”.

Entre 1976 e 1979, Michel Pêcheux dá enfoque maior à ideologia, principalmente, em como o caráter ideológico transmuta o sentido do discurso dentro de um contexto da luta de classes: “a reflexão abraçava audaciosamente as questões situadas no encontro da língua, da psicanálise e da política” (MALDIDIER, 2003, p. 56).

Em 1977/78, iniciou-se um debate, a partir da publicação de “*Marxismo e filosofia da linguagem*”, do russo Volochinov (2017). Esse esclarecimento circundava a questão do corte epistemológico em relação à obra de Saussure: a relação da linguística e da ideologia – assinalação da relação do signo linguístico a um objeto ideológico. Segundo Maldidier (2003, p. 59), “Volochinov tenta pensar a unidade da língua na luta de classes e designa à teoria marxista a tarefa de apreender os fenômenos ideológicos através do estudo das formas da linguagem e do discurso”.

No ano de 1978, houve inúmeras discussões acerca do aparato teórico de Pêcheux, que culminaram em uma abordagem em pontos decisivos do materialismo histórico: a questão

do Estado, da prática política e da psicanálise e a participação desses pontos na teoria da Análise do Discurso.

Surge, nessa fase, o conceito de formação discursiva, já trabalhado por Michel Foucault, mas retificado por Michel Pêcheux. Maldivier (2003) comenta, a esse respeito, que para Pêcheux, “as formações ideológicas, como as formações discursivas que lhe estão ligadas, possuem ao mesmo tempo um ‘caráter regional’ e um caráter de classe” (MALDIDIER, 2003, p. 65). Podemos dizer, assim, que, na Análise do Discurso, a formação discursiva tem relação com a ideologia e a contradição, sendo forte a ideia de que “as palavras mudam de sentido segundo as posições mantidas por aqueles que as empregam ou, para dizer de outro modo, de uma formação discursiva a outra” (MALDIDIER, 2003, p. 65).

Por fim, a terceira, e última fase da Análise do Discurso Francesa começa em 1980, ainda no Colóquio “Materialidades Discursivas”. Maldivier (2003) afirma que essa fase se inicia em uma despedida da teoria (pura e simples) do discurso, que outrora fora um “fantasma teórico unificador” e um convite endereçado a todos aqueles que trabalham no campo da Psicanálise, da Linguística e da Análise do Discurso, para trabalharem questões relacionadas em torno do “triplo real da língua, História e do inconsciente”. A autora ainda comenta a importância dessa última fase como um momento em que Análise do Discurso Francesa torna-se uma perspectiva de confronto das materialidades entre as disciplinas que têm a ver com o discurso. Assim, há um novo desenho na forma se trabalhar o discurso.

Na terceira fase, vemos também a importante colaboração de Jean-Jacques Courtine e Jean-Marie Marandin com a crítica sobre a “paráfrase” – o retorno ao mesmo espaço do dizer via interdiscurso, memória discursiva. Essa crítica é um retrabalho que leva aos limites da reflexão da formação discursiva. Sobre isso, Maldivier (2003) afirma:

A interrogação sobre uma formação discursiva faz surgir a expressão muito forte de “fronteira que se desloca” em função do jogo ideológico. Ela interdita qualquer interpretação fixista do conceito. Essa tentativa de reajuste conceptual não deve ter nenhum futuro. Estava próximo o tempo em que a *formação discursiva*, já suspeitava, iria ser posta em questão. A introdução à “memória discursiva”₂ ao contrário, me parece ter desempenhado um papel importante nas reconfigurações da análise do discurso. É a leitura de Foucault que tinha dado esta ideia a Jean-Jacques Courtine. (MALDIDIER, 2003, p. 76)

Devemos salientar, segundo Maldivier (2003), que, na virada dos anos 1980, a linguística formal estava em crise. Disciplinas como pragmática, enunciação e abordagens textuais se desvinculavam das *práxis* dos estudos estruturalistas. Por sua vez, a Análise do

Discurso Francesa era consagrada em 1983 como uma disciplina da linguística, ainda que sua legitimação tenha demorado a acontecer.

Um olhar sobre a biografia da disciplina é o passo introdutório para apresentação de seus apontamentos teóricos mais pertinentes e de seu modelo metodológico. Assim sendo, concluiremos esse subitem na apresentação, em ordem, dos pontos de preocupação da Análise do Discurso relacionados à pesquisa, e correlacionando-os ao objeto da pesquisa: condição de produção; memória discursiva, interdiscurso e pré-construído; formação discursiva; estrutura e acontecimento; a relação do sentido e do discurso para Análise do Discurso Francesa; formulação e circulação de sentidos; a noção de fórmula e *slogan*.

2.2. As condições de produção em golpe e impeachment

Nesse subitem, salientamos o que são as condições de produção. Organizamos esse trecho da seguinte forma: definir o que é a condição de produção, e em seguida, correlacionar os ditos da autora ao nosso objeto, e por fim, abordar a memória discursiva. Isso pois Orlandi (2001) afirma que as condições de produção são definidas fundamentalmente como o sujeito e a situação, assim como a memória.

Acerca das condições de produção do discurso, Orlandi (2001) afirma que se trata das circunstâncias do enunciado, basicamente o “quem”, “onde” e o “quando”, e do contexto sócio-histórico e ideológico dos enunciados. Vejamos:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2001, p. 30)

Orlandi (2001) comenta, ainda a respeito da relação das condições de produção e memória discursiva, suas características quando pensadas em relação ao discurso. Nessa perspectiva, a memória discursiva é trabalhada como interdiscurso nas condições de produção. Por sua vez, ao tratar do interdiscurso como parte das condições de produção do discurso, Orlandi (2001) define o conceito como: “aquilo que fala antes, em outro lugar (ORLANDI, 2001, p. 31)”, em suma, aquilo precede ao dito. Logo, é o interdiscurso que torna possível todo dizer: “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa” (ORLANDI, 2001, p.31). Assim sendo, é no interdiscurso que é evidenciada

a memória discursiva presente nas condições de produção de um dado enunciado, em uma determinada situação.

Com base em Pêcheux, Orlandi (2001) correlaciona a participação do interdiscurso nas condições de produção do discurso por meio de dois esquecimentos: o primeiro, “da ordem da enunciação, ao falarmos de uma maneira e não de outra, e ao longo dos nossos dizeres, formam famílias parafrásticas” (ORLANDI, 2001, p. 35); o segundo esquecimento, “o esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 35). Esses esquecimentos são a condição de possibilidade do discurso e do sentido.

Os apontamentos teóricos de Orlandi (2001) são possíveis de ser correlacionados ao nosso objeto investigativo, os sentidos formulados e circulados em referência ao acontecimento de impedimento de Dilma Rousseff em 2016 em torno dos discursos de *golpe* e *impeachment*. Nesse estágio da dissertação, nosso propósito consiste tão somente em situar as condições de produção do acontecimento em estudo, com relação a suas circunstâncias imediatas – da homologação do processo, a aceitabilidade e julgabilidade do trâmite na Câmara dos Deputados, até sua conclusão e punição no Senado Federal – e seus efeitos mais evidentes – a divisão que esse acontecimento produziu na sociedade, entre grupos pró e contra o processo.

Esse antagonismo produziu efeitos sobre o discurso. Houve, assim, discursos interpelados principalmente pelo *ethos* de legalidade, produzidos pelos grupos sociais favoráveis ao processo, embasados na existência de um crime previsto em legislação específica e pela Constituição Federal. Por outro lado, os grupos contrários ao processo também tinham seus discursos orientados pela legalidade, porém, argumentavam que não havia crime na conduta de Dilma Rousseff, nomeando o processo de impedimento como instrumento de “golpe de Estado”.

Essas posições antagônicas, marcantes nas condições de produção de *golpe* e *impeachment*, se manifestaram pelo viés ideológico dos parlamentares votantes no processo de afastamento. Esses parlamentares se dividiam entre pertencentes a partidos de orientação socialista, de esquerda, e aqueles oriundos de partidos autodeclarados conservadores e economicamente liberais. Sendo os primeiros pertencentes à base do governo Dilma, votaram contrariamente ao processo de afastamento, enquanto os outros grupos votaram favoravelmente. Essa notícia do *site* G1 traz dados sobre os votos dessas duas orientações partidárias:

Entre os partidos, PMDB (59 a favor e 7 contra), PSDB (52 a favor), PP (38 a 4, e 3 abstenções) e PSB e DEM (29 cada) foram os que mais votos deram ao impeachment. Percentualmente, PSDB, DEM, PRB, SD lideram a lista dos nove partidos que votaram 100% pelo impeachment. PCdoB, PSOL e PT votaram 100% contra o impedimento. (G1, 18/04/2016)¹⁰

O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), o maior numericamente na Câmara e no Senado, votou majoritariamente favorável à aceitação do processo. O PSDB (Partido Socialdemocrata Brasileiro), que se posicionava contra o governo Dilma, votou unanimemente, também, em favor do afastamento. O PP (Partido Progressista), que, em seu estatuto, se coloca como liberal-econômico, votou favoravelmente ao processo. Apenas os partidos ditos da “base do governo Dilma”, como PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil), votaram contrariamente ao processo.

Também é importante ressaltar que Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, era filiado ao PMDB. Legalmente, Cunha era responsável por protocolar ou não pedidos de afastamento, e por levá-los à plenária da Câmara, o que fez com que, em 2 de dezembro de 2015, no mesmo dia, o partido de Dilma (Partido dos Trabalhadores - PT) votasse a favor do processo de afastamento de Cunha no conselho de Ética, como explica o *site* G1, da Globo:

O despacho do peemedebista autorizando a abertura do impeachment ocorreu no mesmo dia em que a bancada do PT na Câmara anunciou que vai votar pela continuidade do processo de cassação de Cunha no Conselho de Ética. Ao longo do dia, Cunha consultou aliados sobre a possibilidade de abrir o processo de afastamento da presidente da República. (G1, 02/12/2017)¹¹

Outro fator, nas condições de produção dos sentidos de *golpe* e *impeachment*, era que o então vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, também pertencia ao PMDB. Nos termos da Constituição Federal de 1988, com a condenatória de Dilma Rousseff no Senado Federal, Michel Temer assumiria o cargo de Presidente da República. Com esse cenário de possível sucessão do cargo, temos um dos principais argumentos para o embasamento de uma orientação discursiva de *golpe*. Com efeito, o sujeito que enuncia *golpe* (de estado) produz seu discurso pautado na suposta ilegalidade jurídica do processo, motivada por uma conspiração dos partidos políticos contrários ao governo Dilma, encabeçada por Cunha e Temer.

¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/veja-estados-e-partidos-que-mais-votaram-pelo-impeachment-na-camara.html>> acessado em 28/08/2017.

¹¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>> acessado em 28/08/2017.

Como apontado por Orlandi (2001), a memória discursiva é parte importante das condições de produção, assim sendo, devemos também abordar esse conceito, a fim de situar e compreender melhor o objeto da pesquisa.

2.3. O papel da memória discursiva nos sentidos de *golpe* e *impeachment*

Nesse subitem, daremos um foco maior à memória discursiva, de forma a pensar esse conceito como parte integrante das condições de produção do discurso, e também como determinante nas formações discursivas antagonistas em torno dos termos *golpe* e *impeachment*. Conduziremos nossa abordagem da seguinte maneira: o conceito de memória discursiva, os processos de polissemia e paráfrase, e a relação da memória discursiva com as ideias desenvolvidas por Maingueneau (2005).

Orlandi (2001) define memória discursiva como: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31). A importância desse conceito é afirmada também por outra obra da autora, onde é delimitado que a estruturação do discurso é dada pela constituição material da memória enquanto arquivo, em dois tipos de esquecimentos, como abordamos anteriormente.

Para compreendermos melhor a constituição da memória discursiva enquanto arquivo, voltemos a Maingueneau (2005). Para o autor, como vimos anteriormente, o sentido de uma palavra não remete apenas a seu significado lexical, cujo uso, identificação e interpretação dependem, também, do caráter pragmático e de uma ocorrência de uso, e também por mecanismos de contexto de uso e interpretação que fornecem novos sentidos. Assim, Maingueneau (2005) postula que esse mecanismo dá à palavra uma nova cifra significativa em sua história a cada repetição e contexto. A esse mecanismo de repetição do sentido, a Análise de Discurso Francesa denomina “paráfrase”, pois sempre retorna ao “primeiro sentido” (ou ao mais recente, historicamente), ou seja, uma memória, um arquivo. Já para ao novo sentido de uma palavra, gerado por um novo contexto, a Análise de Discurso Francesa explora a noção de “polissemia”. A esse respeito, Orlandi (2011) comenta:

Consideramos que todo funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa o retorno ao mesmo espaço de dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer. (ORLANDI, 2001, p. 36)

Para Orlandi (2001), a palavra pode significar tanto por um número infindável de repetições enunciativas, ou por novos contextos de uso, sendo a memória discursiva responsável por embasar tanto o antigo sentido da palavra, quanto o novo. A esse respeito, Davallon (1999) afirma que “uma primeira constatação se impõe imediatamente: para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância” (DAVALLON, 1999, p. 25). Para a Análise de Discurso Francesa, a memória discursiva não está ligada a fatores biológicos ou psicológicos, mas a práticas discursivas, que são sociais e históricas. Assim sendo, os fatos do discurso, enquanto inscrição material, levam em conta os dizeres prévios, recuperáveis pela memória discursiva.

Outro ponto importante acerca da memória discursiva para a Análise de Discurso é sua função em relação à leitura, enquanto ferramenta interpretativa do objeto simbólico e dos gestos de leitura, como explica Pêcheux nesta citação:

[...] a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais, tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

É importante ressaltar, neste ponto, que, para a Análise do Discurso Francesa, o sujeito é interpelado pela língua e pela História, e para que suas palavras façam sentido, é necessário que essas palavras já tenham feito sentido antes.

A partir desses apontamentos sobre a memória discursiva, podemos lançar outros conceitos que serão utilizados nas análises: formação discursiva, interdiscurso e pré-construído.

2.4 Formação discursiva, interdiscurso e pré-construído nos sentidos de *golpe* e *impeachment*

Desenvolvemos, neste subitem, os conceitos teóricos que serão utilizados majoritariamente no bojo de nossa análise discursiva, no terceiro capítulo da dissertação: as formações discursivas antagônicas dos sujeitos que produzem os sentidos de *golpe* e *impeachment*, e os interdiscursos e pré-construídos ali presentes. Justificamos a importância desse subitem porque, aqui, trataremos de conceitos da Análise do Discurso Francesa que fortalecem o percurso teórico até então disposto, a incursão da pesquisa e a problemática do objeto de estudo, que preconiza a importância de uma abordagem tanto na constituição do

sujeito, quanto na “história” dos sentidos de *golpe* e *impeachment*, assim como a atualização da memória discursiva do arquivo coletivo acerca dos sentidos referidos sentidos.

Segundo Orlandi (2001), formação discursiva “se define como aquilo que em uma formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2001, p. 43). Dessa forma, correlacionando o conceito de formação discursiva ao nosso objeto e aos objetivos propostos nesse trabalho, salientamos que esse conceito é fundamental para se compreender como um mesmo fenômeno é designado de modo distinto (*golpe* ou *impeachment*). Para tanto, é apenas observando os objetos simbólicos por meio das formações discursivas do(s) ator(es) do(s) discurso(s) que podemos apreender o fenômeno discursivo, midiático e político do impedimento de Dilma Rousseff em 2016.

Um ponto teórico importante para a compreensão da formação discursiva é a noção de pré-construído. O pré-construído aparece relacionada ao interdiscurso, que Pêcheux (1997) assim define: “o interdiscurso corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade” (PÊCHEUX, 1997, p. 164).

Nesse sentido, o interdiscurso é um conceito que permite explicar as relações que um discurso estabelece com outros discursos, o que dá pistas para a atualização do(s) sentido(s) de *golpe* e *impeachment*, que, como dissemos, são termos que circularam na história relativamente recente da política brasileira. Diante disso, compreende-se melhor que esses termos não são “novos”, isto é, enunciados pela primeira vez, mas já submetidos a sentidos prévios.

A noção de pré-construído surge em complementação ao conceito de interdiscurso. Ele é assim definido por Pêcheux:

[...] a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios do pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento de outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí. (PÊCHEUX, 2014, p. 89)

Perini (2017) explica em termos mais claros a noção de pré-construído. Segundo ela:

[...] o pré-construído é concebido como um componente do interdiscurso, a parte relativamente estável, uma forma de nominalização, de encaixe sintático, o conhecido não esquecido. Da forma que propõe Pêcheux (2014), seria como se esse elemento já se encontrasse sempre aí por efeito da interpelação ideológica, isto é, um

objeto simples do mundo já conhecido por todos, proveniente de outros discursos. O que é denominado e evidente para os sujeitos. (PERINI, 2017, p. 782)

Teríamos, então, em *golpe* e *impeachment*, um efeito de pré-construído, na medida em que esses termos são designações/nominalizações de acontecimentos já ocorridos na história recente da política brasileira, inclusive, relacionados a processos de afastamento de governos vigentes. Foi o caso em 1964, no acontecimento designado “golpe militar” pelos opositores ao novo regime, que encerrou o governo de João Goulart; e em 1992, no acontecimento do *impeachment* do Presidente Fernando Collor de Mello, afastado após denúncias de corrupção iniciadas pelo próprio irmão.

De um ponto de vista linguístico, o pré-construído seria uma reformulação do implícito linguístico, como explica Branca-Rosoff (2004) nesta citação:

A noção de pré-construído elaborada por Henry (1975) e desenvolvida posteriormente em Pêcheux (1975) é uma reformulação das teorias da pressuposição de Ducrot. O pré-construído pode ser entendido como a marca no enunciado de um discurso anterior; portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Um sentimento de evidência se associa ao pré-construído, porque ele já foi dito e porque esquecemos quem foi seu enunciador. (BRANCA-ROSOFF, 2004, p. 401)

Assim, o pré-construído é parte integrante do interdiscurso, das condições de produção dos discursos, e da memória discursiva. Para Pêcheux (1997), o conceito de pré-construído corresponde ao “antes”, ou melhor dizendo, ao espaço ideológico no qual o discurso irá germinar e possibilitará ao sujeito dizer o que *pode* e *deve* ser dito em uma determinada conjuntura social e histórica.

Na filosofia da linguagem, Frege trabalha a questão da pressuposição de um ponto de vista lógico. Na linguística, Oswald Ducrot dá continuidade epistemológica ao conceito. Maldidier assim explica o problema da pressuposição:

Vista na perspectiva da lógica, a questão da pressuposição toca a imperfeição das línguas naturais em sua relação com o referente: algumas construções sintáticas “pressupõem” a existência de um referente independentemente da asserção de um sujeito. (MALDIDIER, 2003, p. 35)

Maldidier (2003) explica, ainda, que Pêcheux expande esse horizonte, ao reformular a pressuposição “no terreno do *discurso*” (MALDIDIER, 2003, p. 36), substituindo, pois, a concepção filosófica e lógica dos elementos implícitos das línguas, e propondo a noção de pré-construído, relacionados a “traços de construções anteriores, de combinações de

elementos da língua, já ‘ousados’ em discursos passados e que tiram daí seu efeito de evidência (MALDIDIER, 2003, p. 35).

Se o referente existe independentemente do sujeito e da imperfeição da relação coisa-mundo-referente nas línguas naturais, de forma que, o pré-construído trabalha essa imperfeição em relação ao ideológico do sujeito e às relações sociais, podemos afirmar que *golpe* e *impeachment* também funcionam pelo interdiscurso, o que salienta uma sociedade ideologicamente antagônica e discursivamente heterogênea.

Portanto, o fenômeno do afastamento de Dilma (referente) existe independentemente do enunciado *golpe* ou *impeachment*, visto que esse é o espaço de germinação discursiva, o anterior do discurso, o pré-construído. De forma que esse fato serviu também como espaço de delimitação ideológica da sociedade (favoráveis e/ou contrário), reforçando ainda mais as relações sociais existentes na sociedade brasileira, sendo as produções discursivas frutos dessas relações.

2.5 O espaço de ocorrência do discurso: uma estrutura e também um acontecimento

Propomos, aqui, apresentar as compreensões de Pêcheux (2015) acerca do que é uma estrutura e um acontecimento discursivo, e assim, melhor compreender a natureza da estrutura e acontecimento de nosso objeto: os sentidos de *golpe* e *impeachment* produzidos no fenômeno de afastamento de Dilma Rousseff em 2016.

Pêcheux (2015) propõe dispositivos de análise para compreender os discursos – sejam novos (acontecimento) ou antigos (estrutura) – e seus gestos de leitura. Esses dispositivos são fundamentais para o presente trabalho, que se constitui de um *corpus* variado, cujos sentidos antagônicos são interligados por forte tensão. No contexto do afastamento de Dilma em 2016, *golpe* irrompe como acontecimento discursivo, rivalizando com *impeachment*, que, nesse acontecimento, corresponde à estrutura, isto é, termo relativamente estável, visto que de grande circulação desde a redemocratização, pela Constituição de 1988 e pelo afastamento de Collor. Para observar melhor essa tensão, ou o que leva um determinado intérprete a se associar a um discurso ou a outro, é importante compreender o que é *estrutura discursiva* ou *acontecimento discursivo*.

Acerca do discurso, Pêcheux (2015) elucida que, para se compreender a Análise do Discurso, é necessário refletir sobre as facetas do discurso, na tensão entre estrutura e acontecimento. Para Pêcheux (2015), a Análise do Discurso Francesa deve ser encarada pela

relação da interpretação e da descrição, isso, pois, para ao autor, o avanço do raciocínio de uma análise deve se dar pelo entremeio:

Prefiro me esforçar em avançar entrecruzando os três caminhos que acabo de evocar (o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da Análise de Discurso Francesa) retocando cada um deles pela efetivação parcial dos outros dois. (PÊCHEUX, 2015, p. 18)

Assim sendo, de imediato, Pêcheux (2015) define *acontecimento* como: “o fato novo, as cifras, as primeiras declarações em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele evoca e já começa a organizar” (PÊCHEUX, 2015, p. 19). Como já dissemos, Pêcheux concebe a Análise do Discurso na conjuntura do materialismo histórico, compreendendo o acontecimento discursivo como espaço de confronto entre discursos. Por sua vez, a *estrutura*, para Pêcheux (2015), é da ordem do estável, anterior ao fato novo. Nessa compressão, para o autor, o aspecto estrutural do discurso é denotado no caráter léxico-semântico, que produz seus efeitos no acontecimento discursivo.

Na perspectiva do presente trabalho, assim como para Pêcheux (2015), compreendemos a discursividade como o espaço de trabalho do acontecimento discursivo. Tal espaço é constituído pelo “real”, aquilo que é impossível de ser de outra forma. O “real” não é algo que encontramos, mas com o qual nos deparamos. Nesse aspecto, o espaço discursivo é “real”, pois é logicamente estabilizado – *estruturado* – e supões que todo sujeito-falante sabe do que discursa e ao que esse ou aquele discurso referenda. O espaço discursivo também é um “reflexo” das condições estruturais da produção do discurso.

Acerca da relação presente no espaço discursivo – a estrutura e o acontecimento discursivo, Pêcheux (2015) faz a seguinte reflexão:

A ideia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicá-lo fora de toda a falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica e sem fala do real) (PÊCHEUX, 2015, p. 35)

Essa proposta de ciência que atende diretamente à necessidade humana de interpretação do real corresponde à Análise de Discurso Francesa, mas o autor também alerta para a metodologia dessa ciência: que não deve ser uma disciplina régia, conceitualmente rigorosa, como a matemática, visto que o “real” e o sentido não têm uma forma preferível, estável, mas está submetido às engrenagens da história, daí a impossibilidade, para o sujeito, de deter o controle sobre o sentido das palavras.

Quando encaramos o “real”, para depois interpretá-lo, devemos recorrer a uma abordagem do “real” da História, ao qual, no materialismo histórico (marxismo) a Análise de Discurso Francesa se entrelaça.

Para analisar os discursos, segundo Pêcheux (2015), para se apreender o “real” na História, é necessário, primeiramente, pensar a leitura, enquanto ferramenta interpretativa, e não apenas decodificar signos grafados em uma dada língua. Na perspectiva de Pêcheux (2015), a ferramenta da leitura enquanto interpretabilidade deve correlacionar o *dito* ao *não-dito* no discurso, como explica o autor nesta citação:

Novas práticas de leitura (sintomáticas, arqueológicas, etc.) aplicadas aos momentos textuais, e de início aos grandes textos, surgiram desses movimentos: o princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito. (PÊCHEUX, 2015, p. 44)

Ainda acerca da leitura, enquanto ferramenta da interpretabilidade do “real” no discurso, Pêcheux (2015) propõe um modelo de trabalho analítico que compreenda os seguintes pontos.

Primeiramente, dar o primado aos gestos das descrições das materialidades do discurso: não se ater apenas à apreensão fenomenológica, mas descrever e interpretar, trazendo à tona o “real” da língua. Em segundo lugar, elucidar, no processo descritivo, o “equivoco” da língua: o inerente e constante processo de transmutação da língua nos seus mais variados aspectos – o que por sua vez, influi diretamente no discurso –, pois todo discurso é suscetível de deslocar-se em outro. Por fim, absorver o acontecimento discursivo na estrutura para o acontecimento.

Sobre isso, Pêcheux (2015), faz as seguintes reflexões: “Os limites da análise vão além de uma análise de sentenças” (PÊCHEUX, 2015, p. 50). Isso pois a metodologia e a teoria da Análise do Discurso Francesa consistem em determinar em suas práticas de análise o lugar e o momento da interpretação em relação à descrição.

2.6 As formações discursivas antagônicas na formulação e circulação de *golpe* e *impeachment* em textos de comunicação social

Desde o início do processo de afastamento de Dilma, os sentidos de *golpe* e *impeachment* passaram a circular nas ruas em manifestações coletivas, em cartazes,

reverberando nos meios de comunicação (órgãos de imprensa e redes sociais). O corpus desta pesquisa corresponde justamente a essa circulação, que organizamos em torno de dois regimes genéricos distintos: gêneros discursivos oriundos das mídias de informação (notícia, reportagem, editorial), essencialmente escritos; e das mídias sociais (*memes*), cuja estrutura semiótica é verbo-visual. Dessa forma, abordar a formulação dos sentidos como fazemos nesse subitem, se justifica pelo caráter dos textos do corpus, na medida em que eles apresentam uma variada gama de estratégias de formulação e circulação de sentidos em diferentes textos produzidos acerca dos discursos de *golpe* e *impeachment* no processo de afastamento de Dilma Rousseff em 2016.

Outra justificativa para uma análise discursiva que compreenda também a formulação e circulação de sentidos é refletir sobre *golpe* e *impeachment* enquanto estrutura e/ou acontecimento discursivo, à luz dos tempos de redes sociais, como o *Facebook*, que, desde a última década, constitui um dos principais meios de circulação dos gêneros discursivos em questão, e quase exclusivo dos *memes*.

Isso dito, organizamos esse subitem da seguinte maneira: a teorização de formulação e circulação de sentidos pela ótica de Pêcheux (2015) e Orlandi (2008); as formações discursivas antagônicas nos sentidos de *golpe* e *impeachment*; e o caráter de *slogan* das formulações de *golpe* e *impeachment*, pela abordagem renovada de Krieg-Planque (2015).

Segundo Orlandi (2008), não há sentido sem interpretação, por sua vez, a interpretação tem dois vieses: o de quem fala e o de quem analisa. Para a Análise do Discurso Francesa, a leitura é ferramenta de interpretabilidade discursiva do texto e o analista do discurso busca interpretar e compreender como o texto funciona, ou seja, produz sentido. Para essa compreensão, é fundamental observar os mecanismos de formulação e circulação dos sentidos. Assim sendo, para a Análise do Discurso Francesa: “A formulação é [...] o acontecimento discursivo pelo o qual o sujeito articula manifestamente seu dizer” (ORLANDI, 2008, p. 10). Por sua vez, circulação é entendida como: “pensando a constituição como dimensão vertical” (ORLANDI, 2008, p. 10). Para Orlandi, “formular é dar corpo aos sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 9), ou seja, a formulação se faz materialmente pela materialização do discurso no texto, pela textualização. Para autora, a formulação é uma atualização da memória discursiva, uma textualização da memória.

Dessa forma, podemos comentar que, ao observarmos a materialidade discursiva, o real do discurso, o que não pode ser de outra forma, devemos nos debruçar sobre a inscrição dos efeitos da língua na História no interior da textualidade, ou seja, a formulação dos sentidos é de caráter contextualizado e obtém seu sentido pela materialidade. Assim sendo,

para Orlandi (2008), “o objetivo da Análise de Discurso Francesa é descrever o funcionamento do texto. Em outras palavras, sua finalidade é explicitar como o texto produz sentido” (ORLANDI, 2008, p. 23).

Podemos comentar, ainda, que a memória discursiva incide diretamente sobre a formulação e a circulação de sentidos, de forma que, por sua vez, as formações discursivas tratadas por Pêcheux compõe e orientam essas formulações. Assim sendo, propusemos, nas análises do corpus, três reflexões que denotem em seu bojo o real da língua, compreendidas dentro da investigação das estratégias de formulação e circulação dos sentidos produzidos acerca de *golpe* e *impeachment*.

Após definirmos o que é formulação do discurso, podemos transpor essas compreensões para o *corpus* da pesquisa, e observar que esses sentidos se antagonizam nos textos de comunicação social¹². Assim, nos sentidos produzidos no processo de afastamento de Dilma Rousseff em 2016, depreendemos que esse fenômeno teve sua circulação discursiva materializada nos discursos dos textos midiáticos. Assim, observamos que, ao contrapor os não-ditos de *golpe* aos de *impeachment*, há ditos de legalidade ou ilegalidade no trâmite jurídico e na aplicação da lei, gerando sentidos antagônicos. A esse respeito, lembramos que, para a Análise do Discurso Francesa, não basta analisar o dito, também é necessário salientar o não-dito, que sustenta o dito.

Para justificar nossa observação da existência de sentidos antagonizados no *corpus*, nos embasaremos na concepção de Michel Pêcheux acerca da estrutura e acontecimento discursivo, em seguida, nas compreensões de formulação e circulação de sentidos e, enfim, nas compreensões das características de fórmula discursiva e *slogan*, propostas por Krieg-Planque.

Acerca da relação da estrutura e acontecimento discursivo pensada por Pêcheux (2005) e sua relação com a formulação discursiva de nosso objeto, temos algumas hipóteses, que serão mais bem trabalhadas no capítulo de análises.

Primeiramente, a existência de uma estrutura discursiva: uma formulação discursiva produzida e posta em circulação na Constituição e em lei, que dita, determina e especifica o procedimento de *afastamento*. No Artigo 86 da Constituição Federal, de 1988, observamos os termos “suspensão” e “afastamento”, como segue:

¹² Empregamos “textos de comunicação social” de forma genérica, em referência aos textos que circulam nas mídias de grande circulação social. Ao longo da dissertação, e sobretudo no capítulo 3, explicitaremos as características desses textos, mais especificamente, sua genericidade.

Art. 86. Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

§ 1º O Presidente ficará **suspens**o de suas funções:

I - nas infrações penais comuns, se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal;

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

§ 2º Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o **afastamento** do Presidente, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

§ 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções (BRASIL, Constituição, 1988, p. 30, nossos grifos)

A partir dessa primeira formulação do acontecimento, legitimada pela Constituição, surgiram outras formulações. Assim sendo, em segundo lugar, aparece um acontecimento discursivo do “tipo 1”: a circulação midiática de uma formulação que se pauta em uma estrutura discursiva, em suma, uma polissemia de sentido, uma quebra com o espaço de dizer “afastamento”: *impeachment*. Em terceiro lugar, um acontecimento discursivo do “tipo 2”: a circulação midiática de uma formulação que se pauta, também na estrutura discursiva de “afastamento”, mas é delimitada por formações discursivas diferentes, de forma antagonizada ao acontecimento “tipo 1”, que quando circuladas nos textos de comunicação são orientadas por dadas marcações linguísticas, produzindo o sentido de *golpe*.

Pela ótica da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 2005) a circulação discursiva deriva justamente da estrutura e do acontecimento, isso pois o texto não é visto como objeto fechado, que começa e termina em si mesmo, mas que tem relação com outros textos.

O *acontecimento tipo 1* e o *acontecimento tipo 2* são formulações da estrutura discursiva “afastamento”, expresso na Constituição de 1988, e que, quando circulados, se reformulam, buscando um efeito de sentido que seja interpretado por um *ethos* de legalidade ou ilegalidade. Logo, a participação da circulação de sentidos é fundamental para a interpretabilidade dos textos, pois: “As palavras não significam em si. Elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa” (ORLANDI, 2008, p. 86).

Porém, ao pensarmos sobre a circulação dos sentidos, não devemos pensar que o texto seja a explicação final, mas sim uma unidade que nos permite o acesso ao discurso. E a circulação seria a “caminhada” que o discurso, dentro do texto, faz pelos meios sociais. Logo,

sendo a formação discursiva heterogênea entre os sujeitos, a circulação irá, indubitavelmente, reverberar de formas heterogêneas em cada meio social, isso pois:

Não se parte da história para o texto, se parte do texto enquanto materialidade linguístico-histórica a temporalidade – na relação sujeito/sentido – e na temporalidade do texto. Não se trabalha assim história refletida nela, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentido. É, pois, a possibilidade, o acontecimento (significante) do discurso do texto, o trabalho de sentidos nele que chamamos de historicidade. (ORLANDI, 2008, p. 88)

A Análise do Discurso Francesa compreende língua, história e sujeito de forma indissociável. Sendo circulação e formulação de sentidos aspectos da materialidade de um texto, se a formulação incide sobre o texto, irá incidir sobre a História e sobre o sujeito. Assim sendo, a circulação de sentidos de uma dada formulação reverbera nos sujeitos de formas diferentes, dada a heterogeneidade das formações discursivas.

A esse respeito, Orlandi (2008) comenta que é preciso considerar as posições do sujeito, a regionalização dos sentidos, a projeção da história, política e a linearidade da textualidade em que funciona a ideologia e o inconsciente para compreender o confronto entre o simbólico e o político. Esses fatores são fundamentais para a compreensão de como a *circulação* dos sentidos afeta os sujeitos que recebem uma formulação.

Devemos pensar também sobre as formulações e circulações de sentidos e sua relação com os sujeitos e suas respectivas relações sociais, pois “relações sociais são relações de sentido, todo texto oral, ou escrito, traz consigo um conjunto de versões possíveis que os rodeiam. Em princípio, ao lado do texto formam-se famílias parafrásticas de tudo que se poderia dizer” (ORLANDI, 2008, p. 142). Logo, o poder da linguagem se exerce pela força dos lugares da interpretação.

É inerente pensarmos que a circulação da informação na era moderna foi fundamental para chegarmos à atual conjuntura social. Assim, para se produzir informação, é necessário se produzir sentidos; para Orlandi (2008), esse processo é dividido em três partes: a constituição, a formulação e a circulação:

Há vários momentos nesse processo discursivo o da sua constituição, o da formulação e o da circulação. São três momentos inseparáveis do ponto de vista da significação, ou seja, todos os três momentos ocorrem igualmente na produção dos sentidos. Os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam. (ORLANDI, 2008, p.151)

Ao término dessas considerações, abordamos, a seguir, a formulação discursiva pela perspectiva de Alice Krieg-Planque (2010).

2.7 O caráter de *slogan* nas formulações de *golpe* e *impeachment*

Alice Krieg-Planque (2010) designa *fórmula* como algo fundamental para a própria metodologia da Análise de Discurso Francesa. Segundo a autora:

Por *fórmula*, designamos um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e, em um espaço público dado, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 9)

Para autora, a noção de *fórmula* deriva principalmente da Análise de Discurso Francesa, isso pois implica, necessariamente, certos posicionamentos em relação ao uso que se faz da língua. Nesse âmbito, é possível pensar e compreender as diferentes participações dos atores sociais, a retomada e circulação dos discursos, a organização social por meio dos discursos, as relações de poder e de opinião.

Com vistas a uma transposição da noção de *fórmula* para o objeto de nossa pesquisa, destacamos que, segundo Krieg-Planque (2010), a noção está ligada inerentemente ao uso, visto que “a noção de uso é determinante no estudo de uma fórmula, no sentido que não existe fórmula em si” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 14), mas antes um conjunto de práticas de linguagem e relações de poder e opinião.

Logo, *fórmula* é um fenômeno discursivo constituído, principalmente, de um discurso sociopolítico. Nesses termos, compreendemos os aparelhos de circulação midiática como um dos principais produtores de fórmulas, que, por sua vez, operam o *acontecimento* discursivo: “A fórmula corresponde a uma utilização particular da palavra” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 19).

A relação do *acontecimento* com a *fórmula* se dá em “seguir” o caminho de usos de uma unidade lexical, que geralmente apresenta desvios, deslocamento de sentidos. É nesses “desvios” que a *fórmula* ganha consistência. Veremos exemplos dessa relação quando analisarmos o(s) sentido(s) de *golpe*.

Observemos essa elucidação:

No movimento perpétuo do uso, nas mudanças contínuas dos sentidos e das formas das palavras, há momentos em que, digamos, o movimento se acelera e essa

aceleração tem propriedades que um analista do discurso pode descrever como enunciados atestados. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 21)

Para o analista do discurso, ao perceber a relação *fórmula-acontecimento*, não se trata apenas de observar a “história da palavra” através da sucessão de suas diferentes formulações em um veículo em um dado momento, mas procurar “momentos” e os espaços discursivos em que se produzem os deslocamentos de sentido.

Ainda sobre a importância de *fórmula* na Análise de Discurso Francesa, Krieg-Planque (2010) ainda pontua: “uma das propriedades da fórmula é ser problemática no que diz respeito a sua condição de palavra” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 22).

A autora ainda elucida que determinadas *fórmulas* podem se tornarem *slogan*: “uma palavra de ordem; uma palavra que adquire, em sentido amplo, uma função performativa” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 26). O *Slogan* é uma palavra que impulsionada por um *acontecimento* impõe a todos uma “realidade”. *Slogan* são propagados pela imprensa como um significante que, supostamente, seria reivindicado por todos.

Para compreendermos esse quadro renovado, Krieg-Planque detalha ainda mais a noção de fórmula. Para a autora, a *fórmula* é composta pelas seguintes características: seu caráter cristalizado, social e polêmico.

Por caráter cristalizado, Krieg-Planque (2010) compreende uma estrutura linguística da cadeia de enunciado(s) linguisticamente descritível, que suporta a fórmula. É o aspecto estável, pautado em uma significância fixa. Segundo Krieg-Planque (2010), é por essa propriedade que é possível rastrear a origem de uma *fórmula* e, conseqüentemente, de um *slogan*. Por se tratar de um significante relativamente estável, a autora afirma que “a sequência identificada como fórmula pode ser – eis aí o que parece fundamental – uma unidade lexical simples” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61). Mas também pode ser complexa, como uma frase, a exemplo de “Diretas Já”, fórmula utilizada no movimento civil de reivindicação por eleições diretas a presidente, ocorrido no Brasil entre os anos de 1983 a 1984, ao término do período que ficou conhecido como “regime militar”.

Em ambos os casos, unidades lexicais complexas ou simples, a cristalização pode ser composta por coordenação: “Brasil: ame-o ou deixe-o”, *slogan* utilizado pelo regime militar brasileiro de 1964; e, ainda, a negação, como em “Não ao golpe”, um dos *slogans* mais utilizados durante o processo de afastamento de Dilma em 2016. Em ambos os casos, a cristalização busca preferencialmente, sedimentar-se, visto sua estabilidade significativa, presente na memória social coletiva e discursiva.

Há dois modos de cristalização de uma *fórmula*. A primeira está ligada à natureza da cristalização, é de ordem estrutural ou memorial. A cristalização de ordem estrutural está ligada “tendencialmente” à palavra (léxico). Por sua vez, a ordem memorial do discurso é uma “*sloganização*” da memória discursiva.

Krieg-Planque (2010) ainda afirma que a cristalização não é apenas um fenômeno intrínseco, mas “que resulta de um julgamento atribuído pelos locutores a certas sequências discursivas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 66), ou seja, há de fato uma subjetividade nos locutores que se exercem numa dada situação discursiva: “-uma mesma construção poderá ser percebida como cristalizada por certos interpretantes num dado contexto, mas percebida como livre por outros interpretantes nesse mesmo contexto” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 66).

A autora comenta acerca de uma produção discursiva e o caráter cristalizado da fórmula: “a fórmula existe também através de múltiplas paráfrases de que ela é cristalização” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 67). Essa afirmação se dá pela explicação já mencionada, do que é uma paráfrase – a retomada do mesmo espaço do dizer, o mesmo. Logo, pelo fato de a cristalização ter como uma das suas características a estabilidade do significante, o *slogan* também irá pautar-se, inicialmente, em um processo parafrástico. Em suma, tanto a *fórmula* quanto o *slogan* apenas existem, segundo Krieg-Planque (2010), dentro de um contexto de paráfrase, identificável e condensada.

Acerca do referente social da fórmula, Krieg-Planque (2010) aponta esse aspecto como dominante, pois, segundo a autora, é pelo referente social que se traduz um dado momento em um dado aspecto sociopolítico. Para compreendermos o caráter de referente social, não é necessário recorrer às múltiplas interpretabilidades de uma fórmula, mas às formulações postas no espaço público, ou seja, conhecido por todos:

Como referente social a fórmula é um signo que evoca alguma coisa em um dado momento. Consideramos óbvio: para que esse signo evoque alguma coisa para todos, é necessário que ele seja conhecido por todos. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 92)

O referente social da fórmula também pode ser encarado como um sintoma de um acontecimento discursivo e nacional (tendo como definição de acontecimento discursivo os pressupostos de Pêcheux), pois tanto a fórmula quanto a circulação saem de um domínio particular e adentram o corpo social.

Assim sendo, algumas observações são apresentadas pela autora: o *slogan* é uma *fórmula* com impacto de cunho apelativo; a *fórmula* assim se configura como um signo

conhecido por todos; sendo a *fórmula* conhecida por todos, devemos poder encontrá-la nos mais variados discursos.

A fórmula também é um objeto polêmico, de forma que esse aspecto é “indissociável do fato de que ela constitui um referente social” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100). Também é necessário observar que o referente social e o caráter polêmico da fórmula são indissociáveis, partilham um mesmo território. A autora explica essa relação: “as fórmulas constituem um referente social em um espaço público dado e são objetos de debate porque estão carregados de questões” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 101).

O aspecto polêmico ainda pode recair sobre a inadequação da fórmula, aquilo que ela se designa, sobre a realidade, ou ainda, sobre a inconsistência do referente à fórmula (o que iremos tratar mais profundamente no próximo capítulo). Pois, sendo a fórmula carregada de questões, é impossível que uma fórmula seja participativa de um único debate ou um único processo discursivo.

Após lançarmos todas as ferramentas teóricas e metodológicas que iremos utilizar nas análises, propomos, no próximo capítulo, desenvolver análises que depreendam as características do objeto da pesquisa, de forma que, em nosso bojo analítico, salientemos o acontecimento discursivo de “tipo 1”, *impeachment*, e de “tipo 2”, *golpe*, dentro da perspectiva do discurso jurídico, midiático e político, dentro das formulações de sentido circuladas em textos de comunicação social.

Capítulo 3

O acontecimento político, jurídico e midiático de *impeachment* e *golpe*

Desenvolveremos esse capítulo em três subitens: (i) a constituição social, política e histórica do acontecimento discursivo em estudo; (ii) uma análise discursiva dos sentidos de *golpe* e *impeachment* em *memes* e cartazes oriundos de manifestações sociais circulados em redes sociais, em repercussão ao fenômeno de afastamento de Dilma Rousseff em 2016; (iii) uma análise discursiva dos sentidos *golpe* e *impeachment* em mídias de informação.

3.1 O acontecimento político, social e histórico do afastamento de Dilma Rousseff em 2016

Ao longo do ano de 2015, a Câmara de Deputados, então presidida pelo deputado Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB), aceitou pela segunda vez na história da nova República Federativa do Brasil um pedido de impedimento de um presidente da República, sendo a primeira vez no ano de 1992, para o ex-presidente Fernando Collor de Mello (Partido Trabalhista Cristão - PTC). Em 2015, a Câmara recebeu cerca de 50 pedidos de afastamento, mas 39 foram rejeitados por motivos considerados por Eduardo Cunha como inconsistentes do ponto de vista argumentativo, e por falta de justificativas plausíveis.

Dos onze processos restantes, Eduardo Cunha acolheu, em 2 de dezembro de 2015, o processo elaborado pelos juristas Miguel Reale Junior, Janaina Conceição Paschoal e Hélio Bicudo. Movimentos populares como “Movimento Brasil Livre”, “Vem pra rua” e “Movimento contra a corrupção” mobilizaram as massas para um conjunto de protestos que pediam o afastamento de Dilma Rousseff. Após a aceitação do pedido de impedimento, segundo a Constituição de 1988, o próximo passo seria a votação na Câmara para a admissibilidade do pedido, o que ocorreu em 15 de março de 2016, conforme relata o *site* de notícias da Câmara dos Deputados:

Com os votos favoráveis de 367 deputados, 137 contrários e 7 abstenções, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o relatório pró-impeachment e autorizou o Senado Federal a julgar a presidente da República, Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade. Se abstiveram de votar os deputados Pompeo de Mattos (PDT-RS), Vinícius Gurgel (PR-AP), Beto Salame (PP-PA), Gorete Pereira (PR-CE), Sebastião Oliveira (PR-PE), Mário Negromonte Jr. (PP-BA) e Caca Leão (PP-BA). A sessão foi tensa, iniciada com princípio de tumulto. Cada voto dos 511 deputados – estavam ausentes os deputados Aníbal Gomes (PMDB-CE) e Clarissa Garotinho (PR-RJ) - foi pontuado com comemorações de cada lado. O voto de número 342, mínimo para garantir o julgamento pelo Senado, foi celebrado à exaustão pelos partidários do *impeachment*, que tiveram apoio de deputados de 22 partidos. Apenas Psol, PT, e PCdoB não deram votos a favor do impedimento da presidente Dilma. (CÂMARA NOTÍCIAS,17/04/2016)¹³

Dando prosseguimento à ritualística do pedido de impedimento, observado na Constituição, doze dias após a admissibilidade na Câmara ser aprovada, o pedido de abertura foi encaminhado ao Senado Federal.

Em 4 de Abril de 2016, a Advocacia Geral da União, via o então advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, e responsável pela defesa de Dilma Rousseff, enviou e protocolou junto à Câmara de Deputados a defesa da Presidente. Cardozo (2016) argumentava que não havia crime de responsabilidade. Evocando trechos da Constituição (artigos 85º e 86º, no parágrafo 4), para a Advocacia Geral da União (AGU), os referidos decretos não configuravam ato ilícito, mas “autorização de gastos sem impactos na realização das despesas”.

Com base nesse artigo, Cardozo (2016) explica:

E, ainda, vale notar, que todos os atos mencionados – os Decretos assinados – foram analisados pelos órgãos da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil da Presidência

¹³ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>>. Acessado em 12/12/2016.

da República. Com isso se demonstra, por si só, que a Sra. Presidenta da República jamais teve a intenção de burlar qualquer norma – como, de fato, a nenhuma burlou – mas apenas atuou no sentido de garantir o funcionamento da máquina pública, de acordo com recomendações técnicas e jurídicas dos órgãos que assessoram suas atividades. Todos esses aspectos, naturalmente, conduzem à inafastável conclusão pela inocorrência, no caso, de crime de responsabilidade, bem como à impossibilidade jurídica de qualquer responsabilização da Sra. Presidenta da República. (BRASIL, 2016, p. 86)

O advogado geral da União conclui:

Dessa forma, conforme resulta claramente desta simples exposição, quase 70% dos valores estabelecidos nos Decretos de abertura de créditos suplementares – que, repisemos, não guardam, em si, relação direta com o cumprimento ou não da meta fiscal – foram editados para atender a determinação explícita do pelo TCU. Como se evidencia, pela lei e pelos fatos demonstram as alegações feitas no pedido de *impeachment* não se sustentam por dois motivos básicos e impossíveis de serem refutados: os decretos mencionados estão de acordo com a legislação em vigor e não aumentaram a despesa da União. Ou seja: a edição de decretos suplementares não implicou no aumento de nenhum centavo em gastos. Ao contrário, na mesma época da edição desses decretos de crédito suplementares, o governo federal aumentou o contingenciamento em mais de R\$ 8 BILHÕES. De tudo acima exposto, temos, portanto, como conclusão óbvia, a de que não existiu qualquer ilegalidade ou irregularidade na edição dos decretos questionados na denúncia que motiva o presente processo de *impeachment*. Foram decretos válidos, regularmente expedidos, em estrita conformidade com a legislação em vigor. (BRASIL, 2016, p. 108)

Cardozo (2016) argumentava, ainda, que os decretos de abertura de crédito não alteravam as metas fiscais estipuladas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), logo, estavam de acordo com a lei, e não aumentavam os gastos da União. Assim, para ele, o processo de afastamento de Dilma Rousseff era um processo infundado do ponto de vista político e jurídico.

Após a apresentação formal da defesa de Dilma Rousseff pelo advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, em 17 de abril de 2016, o Senado Federal votou favoravelmente à abertura do processo de impedimento. A jornalista Tereza Cardoso (2016), do *site* de notícias oficiais do Senado, informa acerca dessa votação:

Por 55 votos a 22, o Senado decidiu, às 6h34 desta quinta-feira (12), abrir processo de *impeachment* contra a presidente Dilma Rousseff, por entender que há indícios suficientes de que ela cometeu crime de responsabilidade.

Na manhã desta quinta-feira (12), o primeiro secretário do Senado, senador Vicentinho Alves (PR-TO), levará ao Palácio do Planalto a notificação da decisão do Senado. A própria Dilma Rousseff deverá receber o documento. Levará também uma notificação comunicando ao vice-presidente Michel Temer que ele é o governante em exercício.

Assim, Dilma se afasta do cargo por um prazo máximo de 180 dias, período em que os senadores concluirão esse processo e decidirão se efetivamente ela cometeu crime de responsabilidade. Michel Temer deve assumir ainda nesta quinta-feira a

Presidência da República. Dilma Rousseff manterá direitos, como residência no Palácio da Alvorada, salário integral e uma equipe de funcionários para auxiliá-la. Durou 20 horas e 34 minutos a sessão deliberativa extraordinária que resultou na admissibilidade do processo de impeachment. Ao abrir os trabalhos às 10h, a primeira providência do presidente do Senado, Renan Calheiros, foi pedir “serenidade e espírito público” do Plenário, lembrando que aquele era um momento histórico, que deveria estar acima de paixões partidárias. (SENADO NOTÍCIAS, 12/05/2016)¹⁴

Norteados pela Constituição, em um processo de impedimento do(a) Presidente da República, os senadores desempenham o papel de juízes. Assim sendo, foi montada uma comissão especial com o objetivo de averiguar as denúncias do referido processo, as testemunhas de defesa e acusação e debater política e juridicamente o caso.

Os crimes apontados na denúncia eram referentes a responsabilidade fiscal e quebra da lei orçamentária, previstos na lei 1.079/1950 e no artigo 85º da Constituição. Ainda no corpo do texto da lei 1.079/1950, é especificado no capítulo VI (dos crimes da lei orçamentária).

O principal argumento da denúncia contra Dilma Rousseff seria por possíveis violações orçamentárias com a edição de decretos de adição de créditos suplementares, sem aprovação do Congresso Nacional, por meio da realização de créditos com instituição financeira controlada pela União.

Durante os dias 29, 30 e 31 de agosto, iniciaram-se os trâmites finais do processo, ficando temporariamente afastada a Presidente, no primeiro dia. Nesse momento do processo, Dilma Rousseff faz pessoalmente sua defesa no plenário do Senado Federal e respondeu a questionamentos feitos pelos Senadores e, por fim, exclamou sobre as acusações de crimes de responsabilidade. O *site* oficial de notícias do Senado Federal publicou um editorial contendo o discurso de defesa de Dilma em sua íntegra, conforme o trecho a seguir:

São pretextos, apenas pretextos, para derrubar, por meio de um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade, um governo legítimo, escolhido em eleição direta com a participação de 110 milhões de brasileiros e brasileiras. O governo de uma mulher que ousou ganhar duas eleições presidenciais consecutivas. São pretextos para viabilizar um golpe na Constituição. Um golpe que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador. (SENADO NOTÍCIAS, 29/08/2016)¹⁵

¹⁴ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/12/senado-abre-processo-de-impeachment-contradilma-rousseff>>. Acessado em 12/12/2016.

¹⁵ Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/veja-a-integra-do-discurso-de-defesa-de-dilma-no-senado>>. Acessado em 12/12/2016.

No último dia, 31 de agosto de 2016, o Senado Federal, em votação, sendo 61 votos favoráveis e 20 votos contrários, aprovou o afastamento de Dilma Rousseff. Mas, apesar de ter sido punida por crimes de responsabilidade fiscal, ela não perdeu seus direitos políticos. Assim, pode se candidatar a cargos eletivos e tomar posse em funções do poder público.

Sucessivamente, o vice-presidente Michel Temer assume o cargo de Presidente efetivo.

3.2 Análise discursiva dos sentidos de *golpe* e *impeachment* circulados em discursos não estabilizados

Trataremos aqui do objeto da pesquisa de acordo com a construção política, social e histórica tratada no trecho anterior. Serão analisados textos dos gêneros discursivos *meme* e cartaz de manifestações coletivas, extraídos de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Justificamos a escolha desse *corpus* por compreendermos que os textos oriundos das mídias digitais englobam grande parte da produção e circulação de discursos na atual era digital do século XXI, na qual pessoas públicas e cidadãos comuns participam livre e ativamente da rede mundial de computadores, produzindo discursos, promovendo os mais variados debates, formulando e fazendo circular sentidos acerca dos fenômenos do mundo.

O *meme* figura entre os gêneros discursivos de maior liberdade em sua temática, estilo e composição. Ao analisarmos os sentidos produzidos de *golpe* e *impeachment* no *corpus* coletado, observamos que esses sentidos têm suas circulações figuradas, primeiramente, em gêneros discursivos de formulação irrestrita, como manifestações de ruas e *memes* oriundos de redes sociais, e posteriormente, nas mídias de informação, isto é, veículos de imprensa submetidos a regras de composição mais formais e controladas.

Acerca do gênero discursivo *meme*, Recuero (2016) afirma que a difusão de redes sociais, como *Twitter* e *Facebook*, no cotidiano das pessoas, instaurou um novo espaço público, onde discursos emergentes, ordinários, não-ordinários e legítimos¹⁶ são postos em circulação. Recuero (2016, p.19) comenta: “Assim, ao mesmo tempo em que *sites* de rede social suportam as interações típicas dos grupos sociais, também as modificam e ampliam”. A autora ainda afirma que os sentidos circulados nas redes sociais são de rápida difusão, visibilidade e fácil reprodução.

¹⁶ O “discurso legítimo” de que trata Recuero (2016) é a compreensão de Michel Foucault delimitada na obra “A ordem do discurso”. Uma compreensão de que o discurso é legítimo quando produzido por meios de controle externo e interno ao próprio discurso, como por exemplo, o discurso acadêmico, profissional, jurídico, etc., ou seja, discursos que só têm valor social quando formulados por instituições ou pessoas autorizadas.

Os ditos de Recuero (2016) corroboram com Maingueneau (2005), na perspectiva de que os gêneros discursivos produzidos em redes sociais desempenham o papel de cumprir uma demanda social. Sobre a demanda social desempenhada por mídias sociais, a autora afirma: “as práticas conversacionais delimitam discurso” (RECUERO, 2016, p. 19). Isso pois a autora coloca essas práticas conversacionais como interações descoladas de seu ambiente, com um “borramento” das fronteiras do público e do privado, ou seja, a recepção desses sentidos não é mais facilmente percebida pelos atores envolvidos, diferentemente dos textos midiáticos como os jornais, revistas, textos jurídicos, etc.

No âmbito da mediação por computadores, muitas das materialidades das falas dos atores podem desvelar ideologias presentes e legitimadas pelas interações da sociedade. As trocas linguísticas nos espaços públicos mediados também são reflexos das relações de poder. (RECUERO, 2016, p. 20)

Nessa perspectiva, compreendemos os *memes* como gêneros discursivos oriundos de um espaço público ou privado mediado pela interação dos computadores com sentidos formulados pelos atores da vida social. Esse gênero, oriundo de redes sociais, é de fácil circulação e reprodução, com sua discursividade delimitada pela própria interação dos interlocutores.

Todo e qualquer texto ou discurso pode ser formulado e circulado nessa mídia, por qualquer pessoa, independentemente da idade, etnia, faixa etária, filiação política, religiosa ou ideológica. Dessa forma, os usuários dessa rede social são tomados por uma abrangente heterogeneidade. Aplicando isso ao nosso objeto, podemos observar que, sendo as redes sociais de uso irrestrito a qualquer pessoa, seus parâmetros de uso permitem a formulação e circulação de discursos antagônicos para um mesmo fenômeno, promovendo a interação e o debate entre os usuários sobre os mais variados temas.

Com relação a suas condições de produção, no caso do gênero *meme*, a situação imediata está relacionada às características do contexto de produção do texto, o que não exclui a questão da memória discursiva e do interdiscurso. Do ponto de vista enunciativo, semiótico e discursivo, o gênero discursivo *meme* se caracteriza por elementos como: anonimato (textos não assinados), estrutura verbo-visual (palavras, frases e imagens), sobreposição de imagens, efeitos de sentido de humor, para citar os elementos mais marcantes. Vejamos o *meme* a seguir:

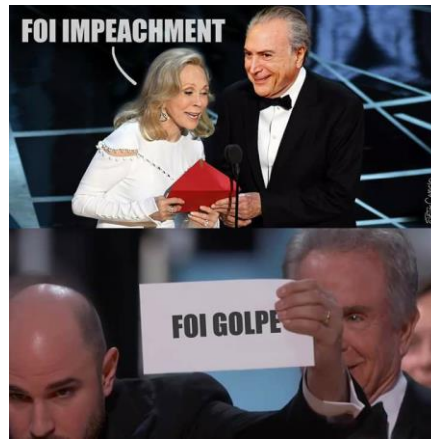


Figura 2

Como dissemos anteriormente, as condições de produção do discurso compreendem a situação e o contexto histórico, o que, para a Análise do Discurso, implica a relação dos discursos com outros discursos, por meio da memória discursiva. Dito isso, observamos, neste texto, a atualização de uma memória discursiva, que remete ao acontecimento do Oscar 2017.

Esse *meme* apresenta uma sobreposição de imagens: na imagem superior, observamos o presidente Michel Temer recebendo um envelope das mãos da atriz Faye Dunaway, que anuncia “Foi *impeachment*”; na imagem inferior, o diretor Barry Jenkins recebe, do ator Warren Beatty, o prêmio pelo Oscar 2017, onde se lê: “Foi golpe”.

Durante a cerimônia de entrega da premiação de melhor filme, os atores Faye Dunaway e Warren Beatty cometem uma falha, ao abrirem o envelope errado, que anunciaria uma outra premiação. Prontamente, o produtor do filme erroneamente premiado, *La la Land*, pega o envelope e inicia seu discurso de agradecimento, mas se dá conta do equívoco. Então, Warren Beatty anuncia o verdadeiro ganhador, o filme *Moonlight*.

Vemos, neste texto, a mobilização de uma memória discursiva recente, que se baseia na estratégia da interdiscursividade – a relação entre o *meme* e o acontecimento do Oscar. Dessa forma, o efeito cômico e subversivo do *meme* está em referenciar seu discurso a um outro fenômeno do mundo. Esse efeito de sentido decorre do enunciado “Foi *impeachment*. Foi golpe”, que reformula os dizeres da premiação. Assim, o enunciado “Foi *impeachment*” é relacionado ao anúncio equivocado do prêmio de melhor filme, enquanto o enunciado “Foi golpe” é relacionado ao verdadeiro ganhador. Assim, o efeito desse texto/discurso é trabalhado pelo sentido de *impeachment* ser “equivocado” na nomeação do fenômeno do afastamento de Dilma Rousseff; o “correto” seria nomear o fenômeno como *golpe*, fazendo assim, por meio do interdiscurso, uma referência ao equívoco dos apresentadores do prêmio.

É característico do gênero discursivo *meme*, segundo Recuero (2016), o apelo a uma referência em seu processo de formulação e circulação de sentido(s). Como tratado por Araújo (2005), para compreendermos uma referência, é necessário conhecer as condições de produção, o espaço em que foi produzida, a que se refere e sua condição de verdade. Assim sendo, os *memes* que trabalham os sentidos de *golpe* e *impeachment* produzem seus discursos por meio de referências a fatos de conhecimento comum, por meio do interdiscurso em suas formulações de sentido.

Como tratado por Araújo (2004) e por Maingueneau (2005), nos primeiros capítulos da dissertação, evidenciar o aspecto lexical do significado das palavras não resolve por si só a questão da interpretação de um enunciado. Se tratarmos o enunciado da figura 2: “Foi *impeachment*. Foi golpe”, pela perspectiva teórica da Análise de Discurso Francesa, podemos observar um funcionamento linguístico intimamente atrelado ao discurso.

Primeiramente, o verbo “Foi” (verbo *ir*) conjugado no pretérito perfeito do indicativo; na função de verbo intransitivo; em segundo lugar, *Impeachment* e *golpe* são substantivos masculinos na função de adjunto adnominal adjetivo. E finalmente, o enunciado é uma oração sem sujeito. É sob a ótica da Análise de Discurso Francesa, partindo do aspecto lexical para o discursivo, que buscamos repousar o caráter linguístico exigido pela Análise de Discurso Francesa, mas é no aspecto da constituição do materialismo histórico do *corpus* e psicanalítico do sujeito-autor que compreendemos os efeitos de sentido e os gestos de interpretação do discurso.

Assim, partindo das nossas constatações lexicais da figura 2, analisamos *golpe* e *impeachment* como formulações de sentidos que elencam, do ponto de vista cronológico, social, histórico e discursivo, o fenômeno social do afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. O enunciador dos sentidos de *golpe* e *impeachment*, neste *meme*, orienta seu discurso pelo léxico, visto que ele depreende propositalmente o contexto sócio-político da produção discursiva, não nomeando o fenômeno, mas adjetivando-o. Essa adjetivação é gramaticalmente incorreta, como apontam nossas constatações lexicais, porém é justificada pelo caráter discursivo do enunciado que utiliza como estratégia uma memória discursiva e um interdiscurso que faz referência ao equívoco do apresentador da premiação do Oscar de 2017. Assim, por meio das marcações lexicais, orienta-se a interpretabilidade do texto.

Ao ler nos textos midiáticos, ou ainda, nos *memes* em redes sociais, os sentidos *impeachment* e/ou *golpe*, podemos observar que os enunciadores, via marcações linguísticas, orientam a interpretação dos enunciados. Sendo a língua o veículo de ideologias, a formulação do sentido expõe a ideologia desses sujeitos. E ainda, sendo a formulação uma atualização da

memória discursiva e da tensão existente entre paráfrase e polissemia – uma tensão entre a retomada do mesmo espaço do dizer e a ruptura para com esse espaço –, *impeachment* formula e circula o(s) sentido(s) da estrutura discursiva da constituição de 1988 (especificamente no artigo 85º); enquanto que *golpe*, por sua vez, evoca, via interdiscurso, a memória discursiva, e desloca a estrutura para um acontecimento discursivo, do “golpe de estado”, isso pois “o interdiscurso (memória, saber discursivo) produz seu efeito em um sujeito afetado pelo mundo, na sua experiência. O sujeito se constitui e se significa por ser afetado (o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia)” (ORLANDI, 2008, p. 46).

Acerca da formação discursiva do sujeito-autor que produz os sentidos *golpe* e *impeachment*, tomamos os dizeres de Orlandi (2001). A autora define o sujeito-autor como aquele que produz seu(s) discurso(s) submetendo-o(s) a sua formação discursiva: seu posicionamento ideológico, histórico em uma dada sociedade, que determina o que pode e deve ser dito. A fim de depreender a formação discursiva presente em nosso objeto, a importância dessa compreensão para o bojo de nossa investigação e para a Análise do Discurso, observemos os dizeres do cartaz de manifestação coletiva extraído do *Twitter*, a seguir:



Figura 3

Na figura 3, temos o enunciado “Golpe nunca mais”, inscrito no cartaz de manifestação coletiva contrária ao *impeachment*, anterior à condenação de Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016.

Para a Análise do Discurso, a memória discursiva trabalhada pelo interdiscurso e pela formulação dos sentidos denota a formação discursiva do sujeito-autor. Assim sendo, ao observarmos esse enunciado, vemos que a palavra “golpe”, seguida da locução de adjunto adnominal “nunca mais” evoca como estratégia do dizer, por meio do interdiscurso, a memória discursiva coletiva presente no arquivo brasileiro: o regime militar de 1964, um

período marcado pela perda de direitos civis e crimes contra os direitos humanos. O regime militar foi um período da história da República brasileira que durou de 1964 a 1985. Por ser um acontecimento histórico, há registros discursivos e materiais enunciativos do fato.

Tomando por base a teorização de Pêcheux (1997), analisamos que o sujeito-autor que produz o sentido *golpe* tem como parte integrante de sua formação discursiva uma rede de sentidos que possibilitam, por meio do interdiscurso, um processo polissêmico na estrutura discursiva de *golpe* (de 1964) para um acontecimento discursivo de “tipo 2”, *golpe* (2016).

Como afirmado anteriormente, desde o princípio do processo de afastamento de Dilma Rousseff, a sociedade civil brasileira, assim como os partidos políticos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, antagonizavam seus sentidos sobre o acontecimento em torno da ideia de legalidade do referido processo. Grupos sociais se organizaram discursivamente e, em manifestações coletivas, de acordo com suas respectivas formações discursivas, possibilitaram sentidos em um *ethos* de legalidade, de forma que os favoráveis ao processo citaram a existência de um crime previsto em legislação específica e na Constituição Federal. Os grupos contrários ao processo de afastamento formularam seus discursos pautados em interdiscursos de legalidade, porém, argumentando que não há crime na conduta de Dilma Rousseff, sendo o referido processo de impedimento um instrumento de “golpe de Estado”.

Analisamos, assim, que há duas formações discursivas distintas, que possibilitam a produção do sentido de *golpe* ou produzem o sentido de *impeachment*. A formação discursiva que produz a formulação do sentido de *golpe* pertence a militantes e simpatizantes favoráveis ao governo Dilma Rousseff (como visto nas figuras 2 e 3). São movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST) e parlamentares votantes contrários ao processo de impedimento de Dilma Rousseff, que em 2016 eram oriundos de partidos autodeclarados de base do governo PT ou autodeclarados de esquerda: Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCdoB). Mas os parlamentares oriundos de partidos conservadores ou economicamente liberais votaram favoravelmente ao afastamento, como indicam o editorial da *Folha de São Paulo* de 29 de agosto de 2016, citado no Capítulo 1, e a reportagem do jornal *on-line* G1 de 18 de abril de 2016 no Capítulo 2.

Ainda acerca da formação discursiva dos sujeitos que produzem o sentido de *golpe* no processo de afastamento de Dilma Rousseff, podemos depreender essa mesma formação discursiva no processo de referência da figura a seguir, um cartaz de manifestação coletiva retirada do *Instagram*.



Figura 4

Na figura 4, com os seguintes enunciados, “Fora vocês sabem quem” e “Vaza véi! Fica querida”, que ocorrem durante os Jogos Olímpicos no Brasil durante o ano de 2016¹⁷, denotamos no processo de referência, o jogo das formações discursivas.

Ao observarmos como a formação discursiva incide sobre a referência de sentidos, constatamos que a formação discursiva presente na formulação do sentido *golpe* denota um sujeito-autor contrário ao processo de afastamento de Dilma Rousseff em 2016, como por exemplo, simpatizantes ao governo Dilma. Essa formação discursiva aponta filiações ideológicas que constituem um sujeito que, nem sempre, produz o sentido de *golpe* em repúdio ao processo de afastamento. A formação discursiva do sujeito favorável ao governo Dilma, além de produzir o sentido *golpe*, também pode produzir sentidos de oposição ao governo Michel Temer, como enunciado nos discursos da figura 4.

Assim, se observarmos o processo de referência, o discurso de oposição ao governo Michel Temer, na figura 4, “Fora vocês sabem quem”, faz referência ao famigerado vilão¹⁸ da cultura *pop* e à proibição do Supremo Tribunal Federal (STF) manifestações políticas contrárias ao governo Temer durante os Jogos Olímpicos, por parte de torcedores e atletas. Ainda na figura 4, no segundo enunciado, “Vaza véi! Fica querida”, há uma estratégia de orientação da interpretabilidade por meio das marcações lexicais, as quais fazem referência ao fenótipo de Temer. Primeiramente, pelo emprego do verbo “Vaza”, um coloquialismo para “saia”; em segundo lugar, pelo emprego de “véi”, um adjetivo conotativo masculino e singular, na forma coloquial (gíria) para “velho”. Em 2016, quando ocupou o cargo de presidente interino após o afastamento de Dilma, Michel Temer, completou 76 anos.

¹⁷ Fonte: O “fora Temer” e a censura nas Olimpíadas: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-fora-temer-e-a-censura-nas-olimpiadas>

¹⁸ Voldemort é o vilão da franquia de filmes e livros “Harry Potter”. Na mitologia da obra o nome “Voldemort” não pode ser mencionado, a nomenclatura utilizada para se referir ao vilão na obra é “você(s) sabe(m) quem”.

Podemos observar que a formação discursiva do sujeito-autor na figura 4 está em oposição ao governo Michel Temer, e sustentado por um não-dito favorável ao governo Dilma Rousseff. Essa formação discursiva contrária ao processo de impedimento de 2016 reformula o sentido de *golpe* para significar, na circulação de sentidos, uma oposição/rejeição ao governo Michel Temer: “Vaza véi”.

Ao analisarmos do caráter lexical do sentido de *golpe* nas redes sociais, temos este outro exemplo, retirado do *Facebook*:



Figura 5

No enunciado da figura 5, “Golpe em progresso”, escrito sobre a figura de uma banana, tendo ao fundo a bandeira do Brasil, podemos fazer as seguintes análises, tendo por base uma abordagem linguística (lexical) e discursiva.

Inicialmente, nota-se a inexistência de artigo. Assim como o lema nacional, “Ordem e progresso”, “Golpe em progresso” dispensa o artigo definido masculino “o”, o que, tanto gramaticalmente quanto semanticamente, evidencia que “golpe” é um sentido de conhecimento e compreensão comum. Além disso, na expressão “em progresso”, tanto quanto em “Ordem e progresso”, há uma locução conjuntiva, ou seja, há um processo derivacional de sentido de “Ordem e progresso” para “Golpe em progresso”, de forma que ocorre um deslocamento de sentido, sendo que, em um deles, temos um sentido aditivo “Ordem mais progresso”, e, no outro, “Golpe de estado acontecendo”. Por outro lado, observamos a banana sendo utilizada como faixa da bandeira. A bandeira brasileira é dividida por uma faixa branca, grafada com os dizeres “Ordem e progresso”. Na figura 5, há na mesma orientação uma banana, o que, de pronto, produz um efeito de deboche, reforçado pela formulação pejorativa empregada em referência ao Brasil: “República das Bananas”.

Como já dito anteriormente, as condições de produção dos sentidos de *golpe* e *impeachment* envolvem o processo de afastamento de Dilma Rousseff em 2016. Um fenômeno que gerou uma enorme comoção social em manifestações públicas e *slogans*

favoráveis e contrários ao referido processo. Esses sentidos circularam largamente em textos de comunicação social como *memes*, cartazes de manifestações, em redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*, e jornais *on-line*, que analisaremos adiante.

Se elaborarmos uma “linha do tempo” da existência da palavra “golpe”, iremos nos deparar com formulações discursivas anteriores à instauração do processo de afastamento de Dilma Rousseff, e que se estendem em produções discursivas posteriores à conclusão do processo. Esses sentidos são orientados por marcações lexicais que trabalham um interdiscurso da memória discursiva coletiva do regime militar de 1964, em que não havia um governo democraticamente eleito, a suspensão de direitos civis, etc.

Observamos, assim, nos discursos não estabilizados, como *memes* e cartazes de manifestações, que *golpe* é produzido por um sujeito-autor que orienta a interpretabilidade pela escolha do léxico – como visto na figura 2 –, em uma estratégia do dizer que formula sentidos por meio de deslocamentos norteados pelos referentes históricos de 1964, como depreendido na figura 3.

Acerca da memória discursiva empregada no arquivo do *corpus*, denotamos que a memória discursiva desempenha um papel fundamental para a investigação lexical e discursiva do objeto em análise, isso pois, como abordados na figura 3, os sentidos de *golpe* e *impeachment* funcionam discursivamente pelo léxico, pela memória discursiva e pela referência, e não pelo caráter técnico-jurídico do fenômeno. Em nosso *corpus*, buscamos evidenciar que, nos discursos não estabilizados, *golpe* e *impeachment* também têm caráter de “sloganização” da memória coletiva/discursiva brasileira, cujo não-dito (re)formula e faz circular um interdiscurso do “golpe” de 1964.

Segundo Krieg-Planque (2010), a fórmula discursiva empregada em fenômenos tem a seguinte importância: “a fórmula é portadora de questões sociopolíticas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100). Logo, *golpe* e *impeachment* são *slogans*: fórmulas de apelo – palavras de ordem – que carregam em seus não-ditos sentidos antagônicos, e quando seus sentidos são postos em circulação nos meios de comunicação social, expressam questões sociopolíticas da conjuntura social brasileira. Ainda com base nas noções trabalhadas pela autora, o caráter polêmico de nosso objeto demonstra, junto ao caráter de referente social, que forças políticas agem/agiram em um jogo de lutas sociais e ideológicas travadas principalmente nas manifestações populares e nos veículos de comunicação, o que culminou na criação de *slogans* como principal “arma discursiva” na circulação de sentidos.

3.3 Análise discursiva dos sentidos de *golpe* e *impeachment* nas mídias de informação

Nesse subitem, desenvolveremos a segunda e última parte de nossas análises. Daremos enfoque a uma análise discursiva dos textos de comunicação social selecionados para compor o *corpus* da pesquisa. Segundo Maingueneau (2005), textos de comunicação social são aqueles oriundos das mídias de informação, como jornais impressos e digitais.

Justificamos a escolha por textos deste domínio social de linguagem, por considerarmos que a natureza de nosso objeto – os sentidos de *golpe* x *impeachment* no acontecimento discursivo do afastamento de Dilma Rousseff em 2016 – exigem uma abordagem dos gêneros discursivos que manifestam essa tensão de sentidos na língua acerca de um único e mesmo fenômeno social e político.

Segundo Maingueneau (2005), os nichos sociais formulam e fazem circular seus próprios gêneros discursivos, assim, os gêneros jornalísticos, como notícia, reportagem, editorial, entre outros, são produzidos por profissionais da imprensa, e submetidos a normas estilísticas e editoriais do veículo. Diferentemente dos discursos não estabilizados, os textos jornalísticos são de cunho ordinário, para empregar o termo de Foucault (1996), para quem o discurso/texto ordinário é aquele que apresenta formas de controle interna do discurso (quem produz o discurso, como produz o discurso – uma ritualística discursiva) e externa ao discurso (pessoa ou instituição que outorga quem pode formular um dado discurso). Logo, o discurso ordinário é o discurso legitimamente autorizado por uma pessoa e/ou instituição, por exemplo, o discurso jurídico só pode ser produzido por um jurista, advogado, um operador do direito.

Como mostramos, as condições de produção do acontecimento discursivo do afastamento de Dilma Rousseff em 2016 nos textos de caráter político-midiático se iniciam em 2 de dezembro de 2015, com a aceitação do processo de impedimento, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB). Na notícia a seguir, publicada no site *Senado Notícias* em 28 de dezembro de 2016, observamos o emprego do mesmo termo, “*impeachment*”, em relação aos acontecimentos de 2016 e de 1992, ainda que com sentidos antagônicos:

Entre tantos acontecimentos marcantes de 2016, um dos que mais impactaram o país e o Congresso Nacional foi o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. O processo caracterizou-se por **polêmica e divergência de opiniões no Parlamento e na sociedade**, o que o diferencia do ocorrido com Fernando Collor, em 1992. **Os casos de *impeachment* de Dilma e Collor podem ser caracterizados por momento de crise econômica e baixa popularidade dos presidentes**. Dilma, no início, contava com ampla base aliada do Congresso, o que foi diminuindo ao longo do julgamento. Já Collor governou com baixo apoio parlamentar. Dilma teve forte apoio de movimentos sociais e de organizações sindicais, como a Central Única dos

Trabalhadores (CUT), que organizou manifestações contrárias ao impedimento. Na época de Collor, movimentos e entidades da sociedade foram favoráveis à queda do presidente. (SENADO NOTÍCIAS, 28/12/2016, grifos nossos)¹⁹

Nossos grifos evidenciam que o mesmo termo, “*impeachment*”, é empregado em referência ao acontecimento de 2016 – afastamento da Presidente da República Dilma Rousseff – e ao de 1992 – afastamento do Presidente da República Fernando Collor de Mello. No entanto, os sentidos de *impeachment* são antagonizados, pois, ao passo que Dilma obteve forte apoio dos movimentos sociais e de organizações sindicais, enfrentando oposição apenas no Congresso, o afastamento de Collor foi desejado pelo mesmo público.

Acerca das condições de produção dos sentidos produzidos sobre o fenômeno de afastamento de Dilma Rousseff em 2016, podemos depreender uma forte tensão entre os parlamentares da Câmara dos Deputados durante a votação de aceitabilidade do processo, marcada por discursos favoráveis e contrários ao afastamento, sustentados por não-ditos de legalidade do referido processo e os efeitos resultantes do fruto condenatório: a possível prisão de Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e também, a sucessão de Dilma por Michel Temer.

Na notícia publicada no jornal on-line da *Folha de São Paulo*, em 17 de abril de 2016, são destacadas frases dos deputados sobre o afastamento de Dilma. A seguir, destacamos as frases dos deputados Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) e Ivan Valente (PSOL-PP), cujas linhas partidárias são divergentes, o que repercute em formações discursivas antagônicas que, nas condições de produção do acontecimento, produzem a tensão dos de *golpe e impeachment*:

Eduardo Bolsonaro (PSC-SP): “Pelo povo de São Paulo nas ruas com o espírito dos **revolucionários de 32**, pelo respeito aos 59 milhões de votos contra o estatuto do desarmamento em 2005, **pelos militares de 64**, hoje e sempre, pelas **polícias**, em nome de **Deus** e da **família brasileira**, é sim! E **Lula e Dilma na cadeia**. [...]. Ivan Valente (PSOL-PP) = “**A todo povo brasileiro** quero dizer que não aceito o **corrupto Eduardo Cunha** presidindo qualquer processo de *impeachment*, ele devia ser o primeiro a ser impedido. **A eleição do Temer é uma fraude** que deve ser evitada! Ele é uma armação para sacrificar os **trabalhadores**. **Pela democracia, contra o golpe**, voto não!”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/04/2017, grifos nossos)²⁰

¹⁹ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acessado em 05/02/2017.

²⁰ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml?loggedpaywall>>. Acessado em 05/02/2017.

Nas frases citadas, a polêmica em torno dos sentidos atribuídos ao afastamento de Dilma Rousseff está relacionada à ideologia das partes antagonicas. Bolsonaro defende o afastamento de Dilma em nome dos militares, da polícia, de Deus e da família brasileira, enquanto Ivan Valente defende a permanência da Presidente em nome de “todo povo brasileiro”, dos trabalhadores e da democracia.

Ao refletirmos acerca da memória discursiva e do interdiscurso, enquanto parte da condição de produção, conforme Orlandi (2001) e Pêcheux (1997, 1999), podemos constatar que tanto o parlamentar Eduardo Bolsonaro (PSC-SP) quanto Ivan Valente (PSOL-PP) têm como estratégia do dizer interdiscursos que convocam memórias discursivas coletivas brasileira. O parlamentar Eduardo Bolsonaro evoca a memória discursiva do regime militar de 1964. Seu discurso carrega em seu interdiscurso o fato de que a ex-presidente, Dilma Rousseff, era partidária do PCdoB durante o regime militar, e opositora política e ideológica do regime, sendo presa e, segundo a ex-presidente, torturada no Departamento de Ordem Social e Política (DOSP).

Ainda na fala de Eduardo Bolsonaro, podemos depreender, a partir do enunciado “Lula e Dilma na cadeia”, Lula e Dilma foram ex-presidentes pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o ex-presidente Lula, durante o processo de impedimento de 2016, já estava envolvido em dois casos de corrupção: por enriquecimento ilícito, na operação intitulada “Lava Jato”, em 2016, e apontado como líder do escândalo de corrupção “Mensalão”, ocorrido em 2005. Esse caso de corrupção teve uma grande circulação na mídia nacional e internacional da época, envolvendo a cúpula do governo PT, que desviou dos cofres públicos, segundo investigações, bilhões de reais para que parlamentares votassem favoravelmente medidas provisórias do governo Lula. Dessa forma, o interdito de Eduardo Bolsonaro tem como estratégia de dizer um não-dito que tem como efeito de sentido a desonestidade de Lula e Dilma, daí a referência à prisão.

Também é importante ressaltar que o partido de Eduardo Bolsonaro é o Partido Social Cristão (PSC), que, durante o governo Dilma Rousseff, fazia oposição partidária ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido de Dilma.

Por sua vez, o discurso de Ivan Valente (PSOL-PP), em nossos grifos, evidencia não-ditos e interditos, primeiramente, pelo emprego do adjetivo “corrupto”, em referência ao ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Enquanto presidente da Câmara, Cunha era responsável por conduzir e acatar os trâmites da casa, como votações de processos, incluindo pedidos de afastamento, como o de Dilma. Eduardo Cunha é filiado ao PSDB, e acatou o pedido de afastamento de Dilma Rousseff após a cúpula do PT na tribuna da Câmara

solicitar um inquérito contra sua pessoa. No discurso de Ivan Valente, o termo “corrupto” desqualifica Eduardo Cunha não somente pelas acusações que pesavam sobre sua pessoa – por atos de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o que resultaria em sua prisão em 2016 –, como também incide sobre um não-dito de que, como salientado anteriormente, seria Cunha um dos operadores de um golpe de Estado.

Acerca do interdito do parlamentar Ivan Valente, seu discurso, destacado por nossos grifos, produz os efeitos de sentido de que “pela democracia” e “contra o golpe” são pares opositivos, ou seja, votar contra a abertura do processo de afastamento de Dilma Rousseff na Câmara é votar favoravelmente à democracia, sendo assim, contra o *golpe*. Nesse interdiscurso, os pares opositivos apontados em uma abordagem lexical indicam que, discursivamente, há referência ao regime militar de 1964, considerado golpe de Estado, um regime antidemocrático. O enunciado “a eleição do Temer é uma fraude que deve ser evitada” corrobora com a ideia de *golpe*, pois o termo “fraude” está associado, semanticamente, a “eleição” e “Temer”, ou seja, o então vice-presidente Michel Temer assume o cargo de presidente efetivo com o afastamento de Dilma, ¹ Assim sendo, Temer é beneficiado diretamente pelo processo, e seria operador do *golpe*, juntamente com Cunha.

Se voltarmos à problemática central desta pesquisa, sobre como as palavras significam na relação palavra-sentido-mundo, e compreendendo a perspectiva de Maingueneau (2005) de que as palavras não significam apenas por seu caráter lexical, com uma significação em si mesma, mas que seu uso, identificação e sentido dependem de um caráter pragmático e de uma ocorrência de uso, podemos depreender que a palavra *golpe*, na notícia político-midiática da *Folha de São Paulo*, significa em sua relação com o(s) contexto(s). Para esse mecanismo de repetição do sentido dentro de um mesmo contexto, a Análise de Discurso Francesa propõe a noção de “paráfrase”, pois sempre se retorna ao “primeiro sentido” (ou ao mais recente, historicamente), ou seja, trata-se da memória discursiva. Já o novo sentido de uma palavra, gerado por um novo contexto, é denominado de “polissemia”.

Segundo os pressupostos de Orlandi (2001) explorados no segundo capítulo, a palavra significa pelo processo da paráfrase e/ou pelo processo da polissemia, e a memória discursiva desempenha o papel de possibilitar tanto a repetição do espaço do dizer quando a quebra com o espaço do dizer. A autora ainda postula que, para haver memória discursiva, é necessário haver o acontecimento discursivo, ou seja, que o sentido saia da insignificância. Corroborando com essa perspectiva, podemos evocar Pêcheux (1997) e compreender que as condições de produção de *golpe* fomentam um acontecimento discursivo.

A partir de considerações sobre as condições de produção discursiva, é possível analisar a formação discursiva do sujeito-autor dos sentidos de *golpe* e *impeachment*. Em editorial publicado pelo jornal *on-line Carta Capital* de 05 de abril de 2016, podemos fazer as seguintes observações e análises:

É golpe, é golpe sim. Verdade factual, diria Hannah Arendt, **a verdade única, inegável**. A despeito das afirmações em contrário de pançudos alquimistas do engano, envoltos em prosopopeia. E dos editoriais dos jornalões e programões, e das colunas e reportagens dos sabujos midiáticos, de lida tão árdua com o vernáculo, mas de fantasia acesa. [...]. Fato é que os argumentos aduzidos para justificar o *impeachment* não se prestam ao propósito. **Quem diz: golpe não pode ser “algo que existe na Constituição” expõe apenas sua parvoíce**. (CARTA CAPITAL, 05/04/2016, grifos nossos)²¹

Para salientarmos a formação discursiva a partir da análise lexical, corroboramos a seguinte perspectiva de Orlandi (2001): “As palavras falam com as outras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2001, p. 43). Nos termos grifados no editorial, depreendemos que “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocada em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2001, p. 42). No enunciado “É golpe sim. [...]. Verdade factual [...]”, o sujeito-autor do discurso salienta um posicionamento ideológico produzido por uma formação discursiva contrária ao processo de afastamento de Dilma Rousseff.

Acerca disso, Orlandi (2001) afirma: “O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2001, p. 43). Assim, para a autora, o sentido se dá por se inscrever em uma dada formação discursiva que o possibilita e não outro. Para o sentido de *golpe* ser possível, as escolhas lexicais “devem” ser realizadas em uma formação discursiva do sujeito-autor que seja contrária ao processo de impedimento. Orlandi (2001) ainda conclui: “[...] Os sentidos sempre são determinados ideologicamente” (ORLANDI, 2001, p. 43). Assim, no editorial do jornal *on-line Carta Capital* e nos *memes* analisados, temos formações discursivas similares que produzem o sentido de *golpe* para o fenômeno de afastamento, pois, sendo sujeito-autores distintos, produzindo gêneros discursivos distintos, observamos que os sujeitos que produzem o sentido de *golpe* têm filiações ideológicas semelhantes, contrários ao afastamento.

²¹ Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/895/e-golpe-sim>>. Acessado em 12/12/2016.

No enunciado demarcado por nossos grifos, “Quem diz: golpe não pode ser ‘algo que existe na Constituição’ expõe apenas sua parvoíce”, o sujeito-autor comenta de forma conotativa acerca das formações discursivas que não possibilitam o sentido de *golpe*. No trecho “golpe não pode ser”, o sujeito-autor refere-se àqueles que tratam o processo como *impeachment*, e não como *golpe*. Para ele, a adjetivação do sujeito que formula o sentido que não o de *golpe*, *impeachment*, expõe sua “parvoíce”, idiotice. Pois, na Constituição de 1988, o processo do afastamento é previsto e paramentado, mas, no processo de afastamento de Dilma Rousseff, não há argumentos sólidos, que segundo o sujeito-autor, “não se prestam ao propósito”.

Verificamos, na constituição do nosso arquivo e em nossos recortes do *corpus* acerca do objeto de estudo, que as formações discursivas que produzem o sentido de *golpe* são antagônicas às que produzem o sentido de *impeachment* no fenômeno de afastamento de Dilma Rousseff em 2016. Para as formações discursivas que possibilitam o discurso *golpe*, a filiação ideológica do sujeito-autor é fundamentada em apoio ao governo Dilma, sendo o sujeito-autor do discurso ideologicamente simpatizante, militante e/ou partidário da base do governo PT. Dessa forma, interpretam o referido processo pela ótica apresentada pelo então advogado geral da União, José Eduardo Cardozo, isto é, como um processo injusto, pois não há crimes de responsabilidade, sendo o impedimento de Dilma Rousseff instrumento de golpe de Estado.

Ao refletirmos sobre a formulação e a circulação dos sentidos de *golpe* e *impeachment* partindo das compreensões de condição de produção e formação discursiva, podemos, mais uma vez, retomar as compreensões de Pêcheux (2015) sobre estrutura e acontecimento discursivo, tal como exposto no segundo capítulo. Pêcheux (2015) afirma que, para um discurso passar de estrutura para um acontecimento, é necessário que o sentido atualize a memória discursiva e ganhe uma dada notoriedade, adquira um novo significado.

Em nossa investigação em textos oficiais, ao tratar sobre o processo de afastamento de um Presidente, os termos *golpe* e/ou *impeachment* não aparecem, mas é postulada outra formulação para o processo de afastamento. No artigo 86, inciso I: “o presidente ficará **suspenso** de suas funções” (BRASIL, 1988); inciso II: “cessará o **afastamento** do Presidente” (BRASIL, 1988). Na lei nº 1.079 de 10 de abril de 1950, temos: “Parágrafo único. O **impedimento** poderá ser oposto pelo acusador ou pelo acusado e invocado por qualquer senador” (BRASIL, 1950). No capítulo III da mesma lei, em parágrafo único: “durante o qual o condenado deverá ficar **inabilitado** para o exercício de qualquer função pública” (BRASIL, 1950). Assim sendo, pela ótica de Pêcheux (2015), as formulações circuladas nos textos

oficiais são estruturas discursivas, ou seja, um sentido estável, anterior a uma nova formulação.

Se analisarmos as circulações de sentido nos textos de comunicação social, veremos que os termos “suspensão”, “impedimento”, “afastamento” e/ou “inabilitado” não figuram nos enunciados. Vejamos, por exemplo, a entrevista concedida pelo ex-ministro paraguaio Miguel Lopez Perito ao jornalista Fernando Notari, no site *UOL Notícias*, em 29 de abril de 2016:

UOL - O senhor defende que houve um golpe de Estado no Paraguai. Os grupos contra o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff também usam esse termo. O senhor concorda? Miguel López Perito - Considero que, como houve no Paraguai, há também **um golpe sendo aplicado no Brasil**. Os mecanismos podem variar, mas basicamente a metodologia é a mesma. **Ativa-se uma figura constitucional por meio de um complot** e por fim se utiliza um parlamento para romper a ordem constitucional. (UOL NOTÍCIAS, 29/04/2016, grifos nossos)²²

Miguel Lopez, ex-ministro paraguaio, formula e circula o sentido “golpe sendo aplicado no Brasil” para se referir ao processo de afastamento de Dilma Rousseff. Nessa formulação, há, por meio do interdiscurso, uma estrutura discursiva presente na Constituição brasileira de 1988. O termo empregado no discurso é *golpe* e não “impedimento”, “suspensão” e/ou “afastamento” em referência ao processo, como delimitado em nossos grifos, sendo *golpe* um acontecimento discursivo, pois a formulação de Miguel Lopez traz uma nova formulação ao fenômeno, uma atualização da memória discursiva “golpe à paraguaia”, um “golpe constitucionalizado”, que tem como estratégia de dizer uma circulação de sentido que postula uma inadequação da estrutura discursiva, dos parâmetros jurídicos e processuais da Constituição brasileira ao referido processo. Ainda na mesma entrevista, o ex-ministro comenta:

Obviamente, no caso brasileiro, manifesta-se a utilização desse mecanismo. Acusada, **Dilma Rousseff é julgada por operadores de esquemas de corrupção** — o próprio presidente da Câmara dos Deputados [Eduardo Cunha - PMDB-RJ] é um dos principais opositores desses mecanismos. Portanto, **não se trata de uma avaliação jurídica**, mas de uma decisão política a fim de tombar um governo legitimamente constituído. (NOTARI, 2016, grifo nosso)²³

Podemos comentar que a formulação de Lopez ainda postula o sentido de que o processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016 é uma manobra de retirada de um

²² Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/29/golpe-contra-dilma-segue-metodologia-paraguaia-diz-ex-ministro-de-lugo.htm>>. Acessado em 01/02/2018.

²³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/29/golpe-contra-dilma-segue-metodologia-paraguaia-diz-ex-ministro-de-lugo.htm>. Acessado em 01/02/2018.

governo legítimo, sendo assim, o governo Michel Temer um governo ilegítimo e operador de golpe de estado.

Analisar os sentidos de um mesmo fenômeno que circularam em diferentes discursos e com diferentes formulações em distintos gêneros discursivos, como *memes*, cartazes de manifestações coletivas, notícia e editorial salienta a importância política, midiática, política e discursiva do afastamento de Dilma Rousseff em 2016. Além disso, os discursos postulados em nossa seleção de *corpus* denotam a tensão político-social inerente à natureza do próprio fenômeno que gerou os sentidos *golpe* e *impeachment*. Segundo Pêcheux (1997) e Orlandi (2001), a Análise do Discurso é uma teoria que preconiza uma investigação que observa a língua fazendo sentido dentro de contextos, assim sendo, depreender o contexto político e social dentro da esfera midiática (seja em jornais e/ou redes sociais) foi fundamental para compreender que nosso objeto investigativo não se compreende apenas em um caráter estrutural da língua.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, propusemos, no início deste trabalho, sobre o objetivo geral e objetivos específicos, ponderar sobre as (hipó)teses motivadoras da pesquisa, depreender sobre a ferramenta investigativa da Análise do Discurso Francesa em relação ao objeto investigado e ponderar a tensão de sentidos em torno de um objeto que mobilizou a opinião pública brasileira, circulado em contextos de discursos ordinários e discursos não estabilizados.

Acerca dos objetivos específicos de descrever e explicar as formulações e circulações nos textos de comunicação social dos sentidos de *golpe* e *impeachment*, fundamentamos nosso estudo na Análise do Discurso Francesa, uma disciplina que observa a língua enquanto objeto simbólico, cabendo ao analista mobilizar gestos de interpretação. Assim sendo, no decorrer das análises, observamos como um mesmo fenômeno é designado por diferentes gestos de interpretação, por sua vez, a interpretação dos discursos de *golpe* e *impeachment* podem ser norteadas pelo sujeito-autor por marcações lexicais, contexto de uso, referências, interdiscurso e a memória discursiva.

Ainda acerca dos objetivos específicos propostos, observamos que descrever os sentidos dos discursos de *golpe* e *impeachment* em variados gêneros do discurso corrobora com os pressupostos da filosofia da linguagem, tal como tratados no *status quaestionis*, de que não existe ligação direta entre sentido-coisa-mundo, assim possibilitando diferentes formulações de um mesmo fenômeno. Em nosso objeto, essas formulações são determinadas por sujeitos com formações discursivas distintas, seja por aliados e militantes de partidos políticos apoiadores ao governo Dilma, parlamentares da base-aliada do governo PT ou ainda por opositores políticos ao governo Dilma, parlamentares de posicionamentos divergentes ao PT.

A descrição dessas diferentes formulações propostas nos objetivos iniciais da pesquisa exigiu um esforço para abordarmos o fenômeno do afastamento sob a ótica de duas designações formuladas em contextos de circulação distintos. Para tanto, foi necessário observar as condições de produção do fenômeno do afastamento (a conjuntura social e política do Brasil durante o processo de afastamento), as condições de produção que colocaram em circulação os sentidos de *golpe*, principalmente, em manifestações coletivas contrárias ao referido processo, em redes sociais e em eventos públicos (como as Olimpíadas

de 2016). Por sua vez, as condições de produção dos sentidos *impeachment* circularam, sobretudo, nas mídias de informação, em notícias, editoriais e reportagens.

Para descrever o fenômeno e suas condições de produção, selecionamos um *corpus* composto pelos recortes selecionados no capítulo de análises, em diferentes gêneros discursivos. Assim, salientamos que o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 se constitui, para além de um acontecimento histórico e político do Brasil, como um acontecimento da ordem do discurso. Elegemos essa abordagem pois esse trabalho é de cunho qualitativo, buscando apreender a língua fazendo sentido. Também justificamos nossa seleção de *corpus* pelos pressupostos tratados no capítulo 2 e 3: não existe uma ligação direta entre sentido-coisa-mundo e os sentidos não têm predileção por sua representação no mundo, logo um mesmo fato (afastamento de Dilma Rousseff) pode ser representado e compreendido de formas diferentes: *golpe* para formações discursivas contrárias ao afastamento, e *impeachment* para formações discursivas favoráveis ao afastamento.

Nessa dissertação de mestrado, evocamos uma das questões centrais da filosofia da linguagem, sobre como as palavras e os sentidos se relacionam com o mundo. Para tanto, concluímos, com base nas três (hipó)teses apresentadas na introdução, que o signo linguístico de Saussure se apresenta como ponto de partida e como unidade de significação mínima segundo as teorias da linguística estruturalista. Com isso, no decorrer das análises, buscamos mostrar que os fenômenos no mundo são apresentados nos textos de comunicação social segundo formulações discursivas distintas, visando a uma dada interpretabilidade dos fatos. Essas formulações foram explicadas com base no caráter estrutural da língua, posteriormente no campo lexical e, por fim, discursivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Presença, 1974.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**: introdução à filosofia da linguagem. São Paulo (SP): Parábola Editorial, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, Valentin). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRANCA-ROSOFF, Sonia. Pré-construído. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2004, p. 401.
- BRASIL**. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Senado Federal.
- _____. Decreto-lei ° 11.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade fiscal e regula o respectivo processo de julgamento. Brasília (DF). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm>. Acessado em: 12/12/2017.
- _____. Senado Federal. Resposta à acusação nos autos do processo instaurado em virtude de denúncia por suposta prática de crime de responsabilidade, nº 1, de 2016; Brasília, junho de 2016. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2016/06/01/Defesa-Dilma-Senado.pdf>>. Acessado em 12/12/2016.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. **A questão da referência**: das teorias clássicas à dispersão de discursos. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- CHAVES, Aline Saddi. Contribuições do Círculo Russo para a Análise do Discurso. **Revista Philologus**, Suplemento/Anais da 7ª Jornada Nacional de Linguística e Filologia da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, 2012. Rio de Janeiro: Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2012, p. 785-797.
- CHAVES, Aline Saddi. **Gêneros do discurso e memória**: o dialogismo intergenérico no discurso publicitário. 2010. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD et. al. **Papel da memória**. Campinas (SP): Pontes, 1999, p. 23-.37.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo (SP): Editora Loyola, 1996.

GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani, Eni Pulcinelli Orlandi. Jonas de A. Romualdo, Lourenço Chacon J. Filho, Manoel Gonçalves, Maria Augusta B. de Matos, Péricles Cunha, Silvana M. Serrani e Suzy Lagassi. Campinas: Editora da Unicamp, 1997^a, p. 61-163. (Coleção Repertórios).

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em Análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. São Paulo (SP): Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 3^a ed. São Paulo (SP): Cortez, 2005.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas (SP): Pontes, 2003.

NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro (RJ): Editora Nova Fronteira, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas (SP): Pontes. 3^a Edição, 2001.

_____. **Discurso e texto**: formulações e circulações de sentidos. Campinas (SP): Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Editora UNICAMP, Campinas (SP): 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD et. al. **Papel da memória**. Campinas (SP): Pontes, 1999, p. 49-57.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7^a edição. Campinas (SP): Pontes Editores, 2015.

PERINI, Rudá da Costa. Impeachment e golpe: uma disputa (bélica) de/por sentidos. **Anais do VIII SAPPIL** – Estudos de Linguagem, UFF, no 1, 2017, p. 775-783.

SAUSSURE, Ferdinand.; BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert. (Orgs.). **Curso de Linguística Geral**. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.